

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Vinícius Ismael Korte

**ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA
PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL (2020-2022):
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO**

Santa Maria, RS
2023

Vinícius Ismael Korte

**ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE
COVID-19 NO BRASIL (2020-2022):
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Irina Mikhailova

Santa Maria, RS
2023

Vinícius Ismael Korte

**ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE
COVID-19 NO BRASIL (2020-2022):
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 30 de janeiro de 2023.

**Irina Mikhailova, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Rita Inês Paetzhold Pauli, Dra. (UFSM)

Paulo Ricardo Feistel, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTO

Entre momentos de tantas dificuldades e contextos de incertezas que ocorreram durante o meu período de graduação, gostaria de agradecer aos que se fizeram presentes durante esse período e que me proporcionaram fazer este trabalho.

Gostaria de agradecer à minha família, que me apoiou financeiramente e disponibilizou recursos durante a minha jornada acadêmica.

Aos professores, que me incentivaram a aprender sobre economia e inspiraram a escolher o tema da minha monografia sobre inflação.

Em especial, agradecer à minha orientadora, Profa. Irina, pelos conselhos e orientações necessárias.

RESUMO

ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL (2020-2022): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

AUTOR: Vinícius Ismael Korte
ORIENTADORA: Irina Mikhailova

O período da pandemia no Brasil ficará para sempre lembrado como causador de uma das maiores crises econômicas recentes. Em particular, no que se refere à inflação, especificamente, à inflação dos alimentos, pode-se dizer que esta foi a maior desde a criação do Plano Real (1994), isso sendo comprovado pelos indicadores oficiais do IBGE como o IPCA e o INPC que foram um dos mais altos desde 2015 e estouraram a meta de inflação do Banco Central. No que tange às consequências dessa inflação, pode-se perceber as mudanças e consequências na qualidade de vida da população brasileira, em especial, aqueles com menor poder aquisitivo. O trabalho visa abordar como a inflação dos alimentos foi fenômeno relevante e que se analisado isoladamente pode elucidar o tamanho de seus agravantes na sociedade. Os objetivos desta pesquisa visam explicar as causas da inflação dos alimentos vista no Brasil nesses últimos anos, o que é de suma importância para esclarecer a demanda informacional que a sociedade busca para entender o cenário que estamos vivendo diante da queda de poder de compra e aumento da fome no país. Os instrumentos utilizados baseiam-se em uso de banco de dados acerca da inflação dos alimentos e da cesta básica provenientes do IBGE e DIEESE. As conclusões encontradas serão apresentadas no final desse estudo a partir da pesquisa bibliográfica e explicativa.

Palavras-chave: Alimentos. Cesta-básica. Inflação. Pandemia.

ABSTRACT

ANALYSIS OF FOOD INFLATION IN THE PERIOD OF THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL (2020-2022): CAUSES AND CONSEQUENCES FOR THE WELL-BEING OF THE POPULATION

AUTHOR: Vinícius Ismael Korte
ADVISOR: Irina Mikhailova

The pandemic period in Brazil will forever be remembered as the cause of one of the biggest recent economic crises. In particular, with regard to inflation, specifically food inflation, it can be said that this was the highest since the creation of the Real Plan (1994), this being confirmed by official IBGE indicators such as the IPCA and the INPC, which were one of the highest since 2015 and exceeded the Central Bank's inflation target. With regard to the consequences of this inflation, one can see the changes and consequences in the quality of life of the Brazilian population, especially those with lower purchasing power. The work aims to address how food inflation was a relevant phenomenon and that, if analyzed in isolation, can elucidate the size of its aggravating factors in society. The objectives of this research aim to explain the causes of food inflation seen in Brazil in recent years, which is of paramount importance to clarify the informational demand that society seeks to understand the scenario we are living in the face of the fall of power purchases and increased hunger in the country. The instruments used are based on the use of a database on the inflation of foodstuffs and the basic food basket from IBGE and DIEESE. The conclusions found will be presented at the end of this study from the bibliographical and explanatory research.

Keywords: Food. Basic food basket. Inflation. Pandemic.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Índice INPC acumulado no período (2020-2022).....	32
GRÁFICO 2 - Evolução do preço médio da cesta básica nacional (2020-2022).....	33
GRÁFICO 3 - Evolução do acumulado da variação do preço da cesta básica no período (2020-2022).....	34
GRÁFICO 4 - Evolução de preço da cesta básica em São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande, Brasília, Aracaju e Belém (2020-2022)	35
GRÁFICO 5 - Inflação dos principais alimentos durante o período 2020-2022	36
GRÁFICO 6 - Evolução mensal do preço do arroz, feijão e farinha de trigo (JAN 2020-AGO 2022)	38
GRÁFICO 7 - Evolução mensal do preço da batata-inglesa, açúcar, hortaliças e verduras e frutas (JAN 2020-AGO 2022)	39
GRÁFICO 8 - Evolução mensal do preço das carnes, ovos e leite (JAN 2020-AGO 2022)	40
GRÁFICO 9 - Evolução mensal do preço do óleo de soja e café (JAN 2020-AGO 2022)	41
GRÁFICO 10 - Representação gráfica de um choque de oferta com novo ponto de equilíbrio.....	42
GRÁFICO 11 - Evolução de preços das principais commodities brasileiras segundo o Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br)	43
GRÁFICO 12 - Evolução de M1 e Taxa Selic.....	44
GRÁFICO 13 - Taxa Selic e câmbio.....	45
GRÁFICO 14 - Evolução das exportações de commodities brasileiras.....	46
GRÁFICO 15 - Inflação total por faixa de renda (JAN 2020 - AGO 2022).....	47
GRÁFICO 16 - Percepção de aumento dos preços pela população brasileira.....	49
GRÁFICO 17 - Segurança e insegurança alimentar por faixa de renda familiar per capita 2022.....	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Provisões mínimas de quantidades para a cesta básica de alimentos, estipuladas pelo Decreto Lei nº 399/1938.....	30
TABELA 2 - Valor da cesta básica por capital em agosto de 2022 e proporções com o salário mínimo.....	34
TABELA 3 - Classificação de faixa de renda por renda domiciliar.....	47
TABELA 4 - Situação financeira com o aumento dos preços.....	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	11
2.2.1	Objetivo geral	11
2.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2	ASPECTOS TEÓRICOS	14
2.1	ALGUNS CONCEITOS DE INFLAÇÃO.....	14
2.2	ESCOLAS DE PENSAMENTO SOBRE A INFLAÇÃO	16
2.2.1	Teoria clássica da inflação	16
2.2.2	Escola neoclássica	17
2.2.3	Teoria monetarista	18
2.2.4	Teoria keynesiana	19
2.2.5	Novos clássicos	20
2.2.6	Pós-keynesianismo	20
2.2.7	Teoria estruturalista	21
2.2.8	Teoria inercialista	22
2.3	INFLAÇÃO, BEM-ESTAR SOCIAL E POBREZA	22
2.4	ESTUDOS SOBRE A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS	25
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
3.1	CONCEITO DE CESTA BÁSICA E SUA EVOLUÇÃO.....	29
3.2	EVOLUÇÃO DO VALOR DA CESTA BÁSICA E A INFLAÇÃO	32
3.3	ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS SELECIONADOS	36
3.3.1	Arroz, feijão e farinha de trigo	37
3.3.2	Análise do ambiente interno da organização	38
3.3.3	Carnes, ovos e leite	39
3.3.4	Óleo de soja e café	40
3.4	ANÁLISE DAS CAUSAS DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS.....	41
3.5	ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS POR FAIXA DE RENDA.....	46
3.6	CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO NO BEM-ESTAR ALIMENTÍCIO DA POPULAÇÃO.....	48
3.6.1	Inflação dos alimentos no contexto da insegurança alimentar	51
4	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Os produtos alimentares possuem peso relevante sobre os indicadores de inflação, em especial nos países em desenvolvimento, refletindo a importância desses bens nos dispêndios pessoais. Atualmente, a contínua e generalizada elevação nos preços dos alimentos tem preocupado os agentes econômicos no mundo todo, e no Brasil não pode ser diferente. Nos últimos dois anos, todos os indicadores macroeconômicos foram contaminados pelos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 e têm causado preocupação para a sociedade em função de uma alta expressiva nos preços dos alimentos, influenciada também pela desvalorização do real no período (GILIO; JANK, 2022).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), a inflação começou a registrar um aumento gradual com a distribuição do auxílio emergencial em 2020, desde então, os preços dos alimentos sobem mais intensamente do que o conjunto dos preços ao consumidor no Brasil. Entre 2020 e 2022, a alta acumulada deve chegar a 39% pelas projeções do IPCA. Os dados do IBGE (2020) também mostram que, nos últimos meses, os alimentos têm subido mais do que a média. Em todo o período, as condições de comércio exterior, preço internacional e taxa de câmbio tiveram forte influência na inflação de alimentos. No primeiro semestre de 2020, entre as causas, ganhou relevância o aumento da demanda de alimentos nos supermercados, aparentemente não acompanhado pela expansão da oferta. Há uma tendência em todo o mundo de alta nos preços da comida, muito em função de problemas nas cadeias globais de oferta causados pela pandemia. De acordo com a Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas (FAO), houve uma alta de 33% no custo global de alimentos entre setembro de 2020 e o mesmo mês de 2021.

Em termos de normas sociais, a inflação de alimentos é mais prevalente entre as pessoas de baixa renda, cujos custos de alimentação são muito mais elevados do que em outros setores da sociedade (MALUF; SPERANZA, 2013). Como resultado, pode haver uma diminuição na quantidade de alimentos adquiridos ou um substituto para o maior desses suplementos nutricionais de baixa qualidade, o que agrava a insegurança alimentar. De acordo com o IBGE (2020), os gastos com alimentação representam 20,94% da renda dos brasileiros. Se analisar entre as famílias que vivem com 1 a 5 salários mínimos, o peso da alimentação chega a 23,84% dos

rendimentos. Esse fato é preocupante em tempos como a atual e catastrófica crise sanitária e econômica causada pelo Covid-19, onde a segurança alimentar se tornou cada vez mais difícil devido ao aumento do desemprego e ao declínio da renda da população.

A alta na inflação dos alimentos em países estruturalmente dependentes, como o Brasil, penaliza principalmente as populações de menor renda, impactando no aumento da insegurança alimentar e da fome. No Brasil, a inflação de alimentos no primeiro ano da pandemia atingiu a marca de 14,09%, enquanto a inflação geral, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou na casa de 4,53%. Não obstante, o aumento nos preços dos alimentos persiste (IBGE, 2020).

Atualmente, mais da metade da população do país se encontra em algum grau de insegurança alimentar (FJP; CORECON, 2022). Entretanto, essa situação não se deve somente à crise sanitária, que explicitou ainda mais as desigualdades sociais, mas também é resultado do descrédito com as políticas sociais de segurança alimentar e nutricional que ocorrem no Brasil desde 2015.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante disso, a justificativa para o presente tema do trabalho se dá pelas consequências que a pandemia do coronavírus trouxe para o funcionamento da economia, em especial no Brasil, no que se refere ao aumento dos preços dos alimentos. A inflação, quando não está controlada, gera sérios problemas para o desenvolvimento econômico de uma nação, afetando o acesso e a oferta de produtos e serviços e, no caso dos alimentos, é prejudicial principalmente às famílias de baixa renda devido ao comprometimento financeiro com a compra desses produtos.

O aumento da inflação a partir do avanço da pandemia de Covid-19 também leva o país em crise em razão da diminuição nos rendimentos da população, da consequente queda no consumo e do esgotamento da capacidade familiar de endividamento. A consequência mais imediata nesse cenário é o avanço da insegurança alimentar dada por restrições de renda que dificultam o acesso aos alimentos.

O presente trabalho visa explicar as causas da inflação dos alimentos vista no Brasil nesses últimos anos, o que é de suma importância para esclarecer a demanda informacional que a sociedade busca para entender o cenário que se está vivendo diante da queda de poder de compra e aumento da fome no país. Trata-se também de um cenário ainda não explorado de suas devidas causas e isso é necessário para compreender o momento histórico e econômico que a sociedade está enfrentando em meio à pandemia da Covid-19, onde ainda há poucas referências acadêmicas que tratam justamente da inflação vivida nesse período, especialmente dos alimentos.

1.2 OBJETIVOS

Por derradeiro, o presente esboço rodeia-se de objetivos gerais e também alguns objetivos específicos.

2.2.1 Objetivo geral

Analisar a inflação da cesta básica e dos principais alimentos do Brasil e as causas macroeconômicas da inflação e inflação dos alimentos no Brasil, e avaliar os impactos de consumo e bem-estar na população.

2.2.2 Objetivos específicos

A fim de complementar os objetivos principais deste trabalho, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar conhecimentos teóricos sobre inflação e inflação dos alimentos;
- b) trazer a relação entre inflação, bem-estar social e pobreza;
- c) discutir a crise econômica provocada pela pandemia no Brasil e explicar o cenário que está por trás da inflação dos alimentos no período atual;
- d) analisar as mudanças impactadas pela inflação dos alimentos no consumo da população;
- e) fazer a análise comparativa da evolução de preços dos alimentos em períodos anterior, durante a pandemia e pós-pandemia no Brasil;
- f) estimar os impactos da inflação dos alimentos sobre bem-estar da população e propor as possíveis medidas de mitigação desses impactos.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste íterim, obtém-se que os procedimentos metodológicos deste trabalho se baseiam em uma pesquisa exploratória e explicativa, já que o tema de abordagem pode ser representado como um problema que se desenvolve como uma lei geral ou algum princípio baseado em observações feitas de um dado fenômeno como o caso da inflação que segue teorias monetárias e macroeconômicas (OLIVEIRA, 2011). É uma pesquisa pura ou teórica que procura formular novas teorias ou modificar as existentes a fim de incrementar conhecimentos sem aplicação imediata (GIL, 2007).

O trabalho também se apresenta como uma pesquisa exploratória, que são investigações que procuram uma visão geral do objeto em estudo (GIL, 2009). Esse tipo de pesquisa é feita quando o tema escolhido tem sido pouco explorado ou quando não há estudos prévios suficientes e, por isso, torna-se difícil formular hipóteses de generalidade (FONSECA, 2002). No caso estudado, enquadra-se, pois a inflação dos alimentos no período pandêmico é um assunto ainda pouco estudado.

O método utilizado é conhecido como *ex-post-facto*, por ser uma forma de estudo que se relaciona com a descrição de fatos que já ocorreram. Tem como característica principal a coleta de dados posterior à ocorrência do evento a ser analisado (FONSECA, 2002). Segundo Santos (1999), uma pesquisa *ex-post-facto* apresenta uma investigação sistêmica e, até certo ponto, empirista, onde não há domínio completo das variáveis utilizadas, seja por já existirem manifestações, seja por serem naturalmente não manipuláveis.

Esta pesquisa também segue procedimentos bibliográficos, já que realiza pesquisas em literatura previamente existente. Para Lakatos e Marconi (2001), uma pesquisa bibliográfica pode ser entendida como uma fonte secundária de coleta de dados, como contribuições científicas ou até mesmo culturais desenvolvidas anteriormente sobre dado assunto, problema ou tema a ser estudado. Conforme os autores, a pesquisa de caráter bibliográfico pode abranger todas as publicações, sejam: boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, teses, materiais cartográficos e monografias que abordem ou se relacionem com o assunto estudado (LAKATOS; MARCONI, 2001).

E, por fim, a pesquisa recebe uma abordagem não estruturada; na abordagem não estruturada, inexistente predeterminação nas etapas do processo.

Desse modo, procura-se compreender os fatos, processos, pessoas ou estruturas na sua totalidade, sem considerar medição apenas de alguns elementos. Sendo geralmente classificada como pesquisa qualitativa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos de forma a apresentar uma breve teorização da inflação, impactos sociais da inflação e a dinâmica social da inflação nos aspectos teóricos presentes no Capítulo 2; apresentar, ainda, no Capítulo 3, os principais resultados numéricos a respeito dos alimentos e da cesta básica para a população no contexto da pandemia do Covid-19 no Brasil, com o objetivo de avaliar os fatores macroeconômicos e políticos que acentuaram a inflação no período. E, por fim, no Capítulo 4, apresentam-se as principais conclusões encontradas no estudo.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 ALGUNS CONCEITOS DE INFLAÇÃO

Mais simplesmente, a inflação pode ser definida como um aumento no nível geral de preços em uma economia. De acordo com Moreira (2011 apud PAULA *et al.*, 2011), a inflação pode ser descrita como um processo generalizado em que um aumento nos preços leva a uma diminuição do poder de compra da moeda. Ou seja, é preciso cada vez mais dinheiro para manter os mesmos padrões de consumo. Segundo Blanchard (2005), a inflação é o aumento contínuo do nível geral de preços de uma economia - conhecido como nível de preços.

Em consonância, para Thompson Jr. e Formby (2005), a inflação é o processo pelo qual os preços dos bens e serviços aumentam, resultando em uma desvalorização da moeda, ou seja, à medida que a inflação aumenta, o valor da moeda diminui e à medida que o valor da moeda é reduzido ou subtraído. Também, conforme Friedman (1968), a inflação ocorre quando a quantidade de dinheiro cresce muito rapidamente - mais do que a taxa de produção. Quanto maior o aumento na quantidade de dinheiro em relação a uma unidade de produto, maior a inflação.

Dessa maneira, a inflação pode ser medida pela mudança no nível geral de preços da economia em um determinado momento, o que pode ser demonstrado pela Equação 1.

$$Pt^{\wedge} = (Pt - Pt - 1) / Pt - 1 \quad (1)$$

Onde:

Pt^{\wedge} : Taxa de inflação no período t;

Pt : índice de preços no fim do período t;

$Pt - 1$: índice de preços no fim do período t-1.

Segundo Pinho e Vasconcelos (2004), a inflação pode ser dividida em quatro categorias distintas, sendo elas: inflação da demanda, inflação de custos, inflação inercial e inflação estrutural.

A inflação da demanda significa um excesso de demanda que é agravado pela produção de bens e serviços disponíveis na economia. É causada pelo

crescimento dos meios de pagamento, não acompanhando o crescimento da produtividade. Isso só acontece quando a economia está próxima do pleno emprego, ou seja, a oferta de bens e serviços não pode ser muito expandida no curto prazo. A inflação de demanda ocorre quando a demanda excede a oferta. Entre os fatores que podem contribuir para essa inflação, conforme Lanzana (2017), quatro merecem destaque:

- a) o aumento da receita, resultando em aumentos reais dos salários, o efeito da riqueza ou redução de impostos e, por sua vez, a transferência de receitas políticas;
- b) a expansão do gasto público, que eleva o nível de necessidade coletiva;
- c) o fortalecimento do crédito e taxas de juros mais baixas, ambos fatores afetam a necessidade de consumo e investimento;
- d) as expectativas dos atores econômicos, que têm potencial para minar o nível de demanda da economia.

Por outro lado, a inflação tem seus efeitos sobre a oferta de bens e serviços para a economia, sendo a inflação de custos. O nível de demanda permanece o mesmo, mas o custo de certos itens essenciais sobe, o que leva a uma diminuição da oferta e faz com que os preços de mercado subam. Esse segundo tipo de inflação decorre de pressões onerosas e como resultado da inflação. Ele também é chamado de choque de oferta, que pode ou não ser sempre estável, quando apenas o custo do produtor é alterado.

Dentre os muitos fatores que podem levar a esse tipo de inflação, quatro podem ser destacados, segundo Lanzana (2017):

- a) aumento das taxas de juros, o que acaba elevando os custos de produção;
- b) flutuações nas taxas de câmbio, que por sua vez levam a uma inflação mais baixa, em que os preços são comparativamente mais altos, especialmente *commodities* e *commodities*;
- c) custos trabalhistas, onde a inflação pode estar atrelada a salários mais altos;
- d) aumentos de impostos, que suprimem a expansão de serviços e produtos.

A inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro. A inflação afeta particularmente as

camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022, p. 1).

O terceiro tipo é a inflação inercial, que também pode ser dita como sendo a inflação atual em função da inflação passada. É devido à inflação, que é a resistência aos preços econômicos que eles oferecem em políticas estabilizadoras que minam as principais causas da inflação. Sua principal desvantagem é a indexação, que é uma correção do valor dos contratos parcelados no passado (SIMONSEN; CYSNE, 2007).

Finalmente, o último tipo é a inflação estrutural, onde o estado atual da estrutura pensava que a inflação nos países em desenvolvimento se devia a pressões de custos, decorrentes de questões estruturais, como agricultura e comércio internacional (RANGEL, 1978).

2.2 ESCOLAS DE PENSAMENTO SOBRE A INFLAÇÃO

Uma análise das teorias sobre inflação permite identificar várias contribuições importantes sobre o tema, todavia, é claro que nenhuma delas isoladamente é suficiente para explicar o comportamento da inflação sozinha. Na realidade, observa-se algum grau de complementação entre elas. Tem-se a seguir as principais linhas de pensamento acerca da inflação.

2.2.1 Teoria clássica da inflação

De acordo com Mendonça (2011), a teoria quantitativa da moeda é utilizada para explicar os determinantes de longo prazo do nível de preço e da taxa de inflação. A inflação é um fenômeno que envolve toda a economia e é referente ao valor do meio de troca. Quando o nível geral de preço sobe, o valor do dinheiro diminui.

A Teoria Quantitativa da Moeda é uma teoria econômica que relaciona a variação de preços da economia com a quantidade de moeda disponível. Por essa teoria, se houver uma emissão muito elevada de moeda que supere o aumento do produto, esse aumento causará inflação. De acordo com Hume e outros economistas, as variáveis econômicas reais não se modificam com variações da oferta monetária. Conforme a dicotomia clássica, diferentes forças influenciam as

variáveis reais e nominais; variações da oferta monetária afetam as variáveis nominais, mas não as variáveis reais (KREMER; CORAZZA, 2017). Na Equação 2, tem-se a Velocidade e Equação das Trocas.

$$V = (P \times Y)/M \quad (2)$$

Onde:

V = velocidade;

P = nível de preços;

Y = quantidade produzida;

M = quantidade de moeda.

O ponto de partida para a teoria quantitativa da moeda, segundo Mankiv (1995), é a percepção de que as pessoas guardam moeda para adquirir bens e serviços. Quanto maior for a quantidade de moeda de que precisam para realizar essas transações, maior será a quantidade de moeda que guardam. Portanto, a quantidade de moeda na economia está relacionada à quantidade de unidades monetárias trocadas nas transações.

De acordo com a teoria quantitativa da moeda, esse nível geral de preços é proporcional à quantidade de moeda existente na economia. Havendo um aumento da oferta de moeda, existirá um aumento do nível de preços, causando inflação (MENDONÇA, 2011).

2.2.2 Escola neoclássica

No caso dos clássicos, a explanação das causas da inflação está intimamente relacionada à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). No entanto, é claramente definido em duas versões: a primeira por Cambridge, envolvendo Marshall e Pigou, e a segunda por Irving Fisher. A versão de Cambridge, realçada por Snowdon e Vane (2005), faz uma clara distinção entre oferta monetária. A demanda por moeda é determinada pela necessidade de transacionar, que, por sua vez, está positivamente relacionada com a quantidade de gastos.

2.2.3 Teoria monetarista

Em oposição ao pensamento keynesiano, surge o chamado monetarismo. Essa corrente de pensamento econômico está bastante relacionada à escola de Chicago, em grande parte devido a Milton Friedman. O monetarismo faz um resgate das ideias neoclássicas, defendendo a TQM, Laissez-Faire, liberalismo absoluto e não intervenção ativa das autoridades de políticas econômicas na economia (ABRITA, 2012).

Quanto à inflação, Friedman (1994) argumenta que é um fenômeno de impressora, ou seja, não está relacionada à dinâmica do sistema capitalista. De modo geral, o autor argumenta que os governos realizam um excesso de emissão monetária, que alimenta constantemente o nível de preços, isso porque os governos têm a tendência de elevarem suas despesas rapidamente e, para financiá-las, buscam, na expansão da moeda, uma saída mais atraente (FIEDMAN, 1994).

Outro ponto importante para explicar esse mecanismo é a tentativa indevida de atingir metas de pleno emprego, os governos tentam elevar os gastos, sem contrapartida de impostos ou endividamento, e aumentam a quantidade de moeda para se financiar, gerando inflação, e ainda acabam não atingindo pleno emprego em longo prazo.

A visão dos monetaristas acerca do processo inflacionário pode ser analisada a partir da Teoria Quantitativa da Moeda. Essa teoria parte da seguinte igualdade:

- a) M = o volume de moeda (meios de pagamento) existente na economia num dado momento;
- b) V = velocidade de circulação da moeda, isto é, o número de vezes que a moeda “troca de mão” em determinada unidade de tempo;
- c) P = o nível de preços da economia;
- d) Q = a quantidade produzida pela economia.

De acordo com Rangel (1978), a teoria monetarista entende que a causa básica da inflação encontra-se na emissão de moeda em ritmo superior às necessidades da economia. Essa emissão, por sua vez, é provocada pelo déficit do setor público. Para reverter um processo inflacionário, a teoria monetarista propõe o combate ao déficit público e, por consequência, o controle sobre a emissão de moeda.

Concentrando ainda a discussão nessa teoria, pode-se perceber que, pela teoria quantitativa da moeda, segundo Friedman (1994), reduções na oferta de moeda deveriam levar a uma redução de preços, ou uma redução do ritmo de crescimento dos preços. Nesse sentido, cabe observar que um eventual choque de contração de moeda deve impactar os preços, mas também a quantidade, ou seja, leva inevitavelmente à recessão.

Outra questão importante refere-se ao papel da oferta monetária em uma economia indexada. Reduzir a inflação em uma economia indexada, por meio de contrações na oferta monetária, traz muitos mais impactos recessivos do que queda efetiva da inflação, dado que os preços sobem automaticamente. Em outras palavras, o custo social torna inviável a adoção de uma política monetária anti-inflacionária em uma economia indexada. Por outro lado, se as autoridades monetárias emitirem moeda para manter a indexação, diz-se que a política monetária está sancionando a taxa de inflação existente (RANGEL, 1978).

2.2.4 Teoria keynesiana

Os keynesianos atribuem um papel crucial aos gastos públicos na busca do equilíbrio macroeconômico. Essa teoria entende que a inflação está associada ao excesso de gastos públicos, mas que esses mesmos gastos devem constituir-se sempre na variável de controle da economia (MATTOS, 1987). O excesso de gastos públicos provocará inflação quando a demanda cresce a ponto de pressionar os mercados de fatores de produção. Com isso, os preços dos fatores de produção se elevam pressionando os custos e a inflação.

Na visão keynesiana, segundo Rangel (1978) é o excesso de gasto público que, via aumento de custos, gera inflação e não o aumento de moeda, como dizem os monetaristas. Para os keynesianos, o déficit público não é relevante para explicar a inflação, e sim o tamanho do gasto público. Na realidade, o gasto do governo deve ser a variável de controle e, portanto, se está existindo inflação, o gasto não está adequado àquele nível de oferta. Como consequência, a proposta de ação para um programa de combate à inflação reside na contração do gasto público, independentemente da existência ou não de déficit público.

2.2.5 Novos clássicos

De acordo com Snowdon e Vane (2005), o entendimento da escola novo-clássica, quando baseada em expectativas racionais, tem uma característica central de equilíbrio, assim as flutuações das variáveis reais da economia são explicadas pelos efeitos dinâmicos dos distúrbios monetários. Essa estrutura de equilíbrio com preços flexíveis resulta no entendimento da neutralidade da moeda, assim, para justificarem a não neutralidade da moeda no curto prazo, defendiam que isso era consequência de informação imperfeita sobre a moeda e o nível geral de preços.

Já o modelo de expectativas racionais surge, segundo Gontijo (2009), da crítica de Lucas, originando a linha de pensamento novo-clássica. Essa corrente considera que os agentes possuem a capacidade de tomar decisões otimizadoras e não cometem erros sistemáticos. Desse modo, a elevação do nível de preços é explicada pela taxa de inflação racionalmente prevista e pela taxa esperada da expansão de moeda.

Segundo Mankiv (1990), a Teoria dos Ciclos Reais é mencionada como uma teoria diferente dos novos clássicos. A teoria dos ciclos reais de negócios é um desenvolvimento da teoria novo-clássica, que, por sua vez, evoluiu da economia clássica original. De fato, os modelos de ciclos reais de negócios compartilham muitas características importantes com os modelos novo-clássicos e são, às vezes, referidos como a segunda geração de modelos novo-clássicos.

2.2.6 Pós-keynesianismo

Quanto à problemática da inflação, para Carvalho (1990), medidas monetárias isoladas, em muitos casos, podem ser ineficientes para controlar a elevação do nível geral de preços. Logo, surgiram alternativas de políticas econômicas com o foco nas causas inflacionárias e não meros paliativos as consequências do fenômeno. Com propósito de manter a estabilidade de preços e considerando que na visão da teoria keynesiana e pós-keynesiana, o instrumental da taxa de juros não é eficiente, várias medidas são formuladas no sentido de atuar no problema mais para o lado da oferta do que da demanda (DAVIDSON, 2011).

Dessa forma, de acordo com Ferrari Filho (1999), o pensamento pós-keynesiano caminha na direção de identificar qual a verdadeira causa da inflação e

atuar com medidas anti-inflacionárias em cada uma dessas diferentes causas. Logo, como o objetivo é atacar as causas da inflação, diversas medidas de política econômica podem ser adotadas, dependendo da situação encontrada.

Conforme Sicsú (1999), apesar de existirem diversas possibilidades, cabe destacar algumas importantes políticas anti-inflacionárias como: política industrial, política cambial, política monetária direcionada, políticas de desenvolvimento tecnológico e qualificação do capital humano política tributária, estoques de proteção e a chamada *tax-based on incomes policy*. A é observado qual instrumento mais indicado para cada causa inflacionária.

2.2.7 Teoria estruturalista

Os estruturalistas entendem que os setores da economia crescem a ritmos diferentes, causando excesso de demanda nos mercados em que a oferta não tem capacidade de resposta. Para Sunkel (1958) e Prebisch (1961), as tensões inflacionárias seriam geradas pela falta de dinamismo da agricultura e da capacidade de importar. Particularmente, em relação a essa última questão, os estruturalistas entendiam que os países em desenvolvimento tenderiam a perder nas relações de troca à medida que o mundo vai se desenvolvendo, porque a demanda cresce mais para os bens produzidos nos países desenvolvidos do que para os bens produzidos nos países pobres. Com isso, a capacidade de importar ficaria limitada.

A esse respeito, Vianna (2003) levanta também a tese da incompatibilidade distributiva como fenômeno causador da inflação. Os diferentes grupos sociais tentam aumentar as respectivas participações no PIB, fazendo com que a soma dessas tentativas seja superior ao todo (o PIB). A “acomodação” a esses pleitos é feita por meio da inflação.

Para combater um processo inflacionário crônico, os estruturalistas defendem a adoção de incentivos fiscais e creditícios para aqueles setores que não têm capacidade de maior crescimento, porque são setores que não respondem a estímulos de preços (RANGEL, 1978). Além disso, para evitar as pressões inflacionárias derivadas da incompatibilidade distributiva, propõem a adoção de políticas de rendas, com intervenção no processo de formação de preços (mercado de bens) e salários (mercado de trabalho).

2.2.8 Teoria inercialista

Os inercialistas, segundo Bresser-Pereira e Nakano (1986 apud CROCETTI, 2022), objetivavam explicar a inflação que permanecia estável por vários anos em patamares elevados, independentemente da existência de excesso de demanda. Para isso, a primeira coisa que fizeram foi distinguir os fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. Essa era uma distinção nova, que não estava presente na literatura internacional sobre a inflação.

De acordo com Modiano (1986), todas as teorias sobre a inflação centravam-se nos *fatores aceleradores*. Quando buscava descobrir a causa da inflação, uma teoria tinha-se a tentar determinar o que aceleraria ou desaceleraria a taxa de aumento dos preços. Todos os modelos partiam do pressuposto de que a inflação era zero. A partir desse pressuposto, as teorias procuraram explicar por que, quando deixava de ser zero, a inflação acelerou-se.

A inflação inercial torna-se, assim, o resultado do conflito distributivo entre empresas, capitalistas, burocratas e trabalhadores para manter sua participação na renda (LOPES, 1985). Quanto aos *fatores sancionadores* da inflação, os inercialistas definem dois: moeda e déficit público. Quanto à moeda, apenas repetiam as ideias de Ignácio Rangel e, mais amplamente, dos estruturalistas latino-americanos. Se, em inflações moderadas a moeda já é em parte endógena, em inflações altas torna-se estritamente endógena. Nesses casos, a política monetária é, por definição, inócua.

Dessa forma, os inercialistas atribuem aos mecanismos de indexação uma parcela importante na explicação do processo inflacionário. A correção automática dos principais preços da economia pela inflação passada (ou esperada) tende a perpetuar a inflação, tornando-a imune a outros tipos de terapia (SIMONSEN, 1983). Ainda em relação à inflação inercial, é importante notar que, se todos os preços subissem somente em função da inflação passada, o efeito da inflação seria neutro.

2.3 INFLAÇÃO, BEM-ESTAR SOCIAL E POBREZA

De acordo com Lino e Braz (2018), a inflação não é a mesma para todas as famílias, cada um tem seu próprio perfil de uso. O conceito econômico tradicional, a Lei de Engel, afirma que as famílias de baixa renda contribuem com a maior parte de

sua renda para alimentação, enquanto as de áreas de alta renda gastam parcelas maiores de seus orçamentos em educação, saúde e recreação. Em outras palavras, à medida que a receita cresce, a expansão das necessidades básicas tende a ser zero (BENNETT; KASSARJIAN, 1975). O site 14 Dias (2021) acrescenta uma concepção acerca da Lei de Engel:

Assim, à medida que os rendimentos das famílias aumentam, estas vão aumentar as despesas em alimentação, nem que seja pela simples alteração dos alimentos que adquirem (de alimento baratos para alimentos mais caros). Contudo, este aumento não acompanha o crescimento dos rendimentos, portanto, o peso das despesas de alimentação no total das despesas diminui.

Conforme Samuelson e Swamy (1974), um índice de preços ao consumidor deve ser igual ao custo médio de um determinado padrão de vida em duas situações de preços diferentes. Tal definição é consistente com o que Melo (1982) descreve como indicador do custo de vida: a razão entre o custo mínimo de obtenção de um certo nível de bem-estar, previsto para um nível limitado de recursos, sob dois estados. Em outras palavras, o custo de vida pode ser entendido como a soma dos custos incorridos para manter um determinado padrão de vida. Espera-se que quanto maior a renda, maior o valor dos bens utilizados e melhor a qualidade de vida (LAMEIRAS; CARVALHO; SOUZA JÚNIOR, 2017).

Nesse viés, é possível mostrar a qualidade de vida de uma pessoa em sua cesta de bens consumidos. No entanto, para cada nível de vida, há muita semelhança e encontrar tais pacotes torna-se um grande obstáculo ao tentar calcular o custo de vida. Diante disso, fica claro que, na prática, é difícil calcular tal indicação. O processo, portanto, segundo Soares e Osorio (2007), é o cálculo de um índice de preços ao consumidor, que pode ser visto como uma medida do índice de custo de vida. Apesar desses esforços, os índices de preços comumente publicados geralmente geram conversas entre as pessoas.

A qualquer momento, haverá famílias que receberão os maiores aumentos de preços. Apesar da natureza geral das medidas de inflação fixa, essa característica, no entanto, não é uma ameaça ao comportamento da política macroeconômica. Afinal, como a inflação é lugar-comum, ainda que inconsistente, será vista em maior ou menor grau por todos (LAMEIRAS; CARVALHO; SOUZA JÚNIOR, 2017). No entanto, há preços que se elevam acima de outros, de forma sustentável.

Dadas essas flutuações de preços e o fato de que alguns grupos sociais podem ter seus próprios custos para seus produtos e serviços, a longo prazo relativamente mais rápido que outros, é importante identificar e calcular a inflação para esses grupos. Na literatura internacional, vários estudos têm focado consistentemente em indicadores de renda e grupos de pessoas, incluindo os pobres. Esses estudos examinaram os efeitos do consumo em pessoas de baixa renda e usaram diferentes indicadores de preços para os pobres. Como o caso de Michael (1979) e Hagemann (1982) que analisaram a diferença de inflação entre população pobre e não pobre nos EUA aplicando o índice de Laspeyres, ambos os estudos mostraram que existe uma diferença significativa entre a inflação enfrentada pelos pobres e os não pobres.

Existe uma ligação direta entre pobreza e flutuações econômicas, como inflação, renda, juros e crédito. A inflação tem um efeito negativo, especialmente nos países pobres, porque exacerba a injustiça social (SHAPIRO, 1981). Segundo Sicsú e Castelar (2009), a queda da renda contribui para reduzir o consumo e aumentar os índices de criminalidade no mercado de crédito, ou seja, enfatizando o processo de endividamento familiar. E, em termos de juros, à medida que sobem, a dívida fica mais cara, o que, por sua vez, reduz o consumo, enquanto a redução do consumo muitas vezes faz os preços voltarem a parar, contribuindo para uma inflação mais baixa.

Para Ribeiro (2017), a inflação tem um papel preponderante no orçamento familiar, dado que a inflação contínua e exorbitante afeta diretamente a saúde financeira da família, por isso é necessário usar o orçamento para ajustar e orçar e, em tempos de crise, estar pronto para implementação de educação em finanças, que é um processo educacional que permite o desenvolvimento dos valores e habilidades necessárias para avançar nas decisões financeiras.

Existem vários efeitos da inflação alta ou descontrolada que afetam diretamente o bolso das famílias brasileiras. Segundo Silva (2001), a inflação pode reduzir a taxa de câmbio do país, e com inflação mais alta, o dinheiro perde seu valor ao longo do tempo. Há uma impossibilidade de reparo constante e impossibilidade de adquirir os mesmos produtos com o mesmo valor utilizado anteriormente; os preços das *commodities* são constantemente ajustados, resultando em menor investimento no setor manufatureiro, taxas de juros mais altas,

aumento do desemprego, que afetam direta ou indiretamente o orçamento doméstico.

Para Sicsú e Castelar (2009), a inflação cria instabilidade econômica, dificulta a tomada de decisões e, portanto, gera incerteza, com muitas consequências para a economia, por exemplo, uma desaceleração do crescimento econômico, pessoas e empresas param de tomar empréstimos porque não sabem como fazê-lo. Desse modo, será uma renda no futuro, portanto difícil de planejar diante da incerteza em que a economia está investida devido à inflação.

Conforme Cardoso (1992), a inflação afeta a pobreza de duas maneiras. Primeiro, a inflação reduz a renda. Em segundo lugar, quando os salários aumentam, abaixo do preço dos bens e serviços consumidos pelos empregados, a renda real dos empregados cai. Ele diz que a estabilidade de preços não é alcançada sem custos. Esses custos podem ser atribuídos à retração econômica, em geral, que significa desemprego e salários reais mais baixos. No entanto, uma inflação mais alta também pode reduzir os salários reais e aumentar a pobreza.

2.4 ESTUDOS SOBRE A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

Segundo Mihaljek e Klau (2001), alguns fatores são cruciais na determinação da inflação em países emergentes, como hiato do produto, quantidade de moeda em circulação, taxa de câmbio, nível salarial, preços de alimentos e preços de commodities. Os autores argumentam que a taxa de câmbio e o preço dos produtos importados estão relacionados aos determinantes da inflação do lado da oferta, enquanto outros fatores, como o hiato do produto e a quantidade de moeda em circulação, são vistos como determinantes da demanda (MIJALJEK; KLAU, 2001).

Esses fatores, segundo os autores, determinam a evolução dos preços dos alimentos, a sazonalidade e os choques de oferta e demanda (MIJALJEK; KLAU, 2001). No caso específico da inflação de alimentos, algumas *commodities* tendem a apresentar padrões sazonais quando há períodos de safra e entressafra bem definidos ao longo do ano. Durante a entressafra, os preços subiram acentuadamente. No entanto, padrões sazonais não devem ser confundidos com choques de oferta e demanda, cujos movimentos não são esperados pelos agentes e cujos efeitos sobre a inflação podem ou não ser prolongados.

Dado que a sazonalidade observada na série econômica é esperada pelo agente, ela não deve acarretar mudanças no comportamento da política monetária (FIGUEIREDO; STAUB, 2001). Ou seja, a sazonalidade é um padrão existente em algumas séries, porque são caracterizadas dessa forma, já dentro das previsões e expectativas do agente, e se normalizaram à medida que a produção se normalizou com o início da colheita.

Um choque positivo na oferta de alimentos tem impacto direto nos preços ao consumidor, resultando em preços mais baixos, cuja intensidade depende do ambiente macroeconômico, incluindo o comércio internacional. A relação entre choques de oferta e mudanças na inflação é um tema amplamente estudado por economistas.

De acordo com Takagi (2010), existem três variáveis que podem influenciar a oferta de alimentos no Brasil atualmente: o nível de produção, a infraestrutura necessária para o escoamento dessa produção e a pauta de itens exportados pelo país. Essas variáveis são abordadas pela teoria econômica estruturalista, proposta por estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). De acordo com o estruturalismo, países de menor desenvolvimento relativo tendem a apresentar processo inflacionário devido à sua estrutura produtiva, baseada em matérias-primas obtidas em contexto institucional e logístico pouco organizado, o que encarece a atividade econômica e, portanto, dificulta a expansão da oferta.

Ademais, a teoria também argumenta que países como o Brasil, por apresentarem pauta de exportação composta por produtos de baixo valor agregado, estão mais expostos às variações do mercado internacional, já que esses produtos apresentam alta elasticidade renda da demanda. Quando a renda internacional aumenta, a demanda e os preços de produtos primários tendem a aumentar; quando a renda diminui, a demanda e os preços desses produtos tendem a cair.

De acordo com Mishkin (2007 apud D'OLIVEIRA, 2007), a inflação de alimentos se desenvolve de acordo com a relação entre oferta e demanda, ou seja, possui as características dinâmicas do preço livre. Nesse caso, os preços de mercado ainda podem ser decompostos entre negociáveis e não negociáveis, onde a dinâmica de preços do primeiro grupo de itens é mais sensível às variações cambiais, enquanto o segundo grupo é mais responsivo aos efeitos cambiais. Vale acrescentar que as *commodities* comercializáveis também são afetadas pela política monetária, por meio dos efeitos causados por mudanças na taxa básica de juros.

Os produtos alimentares possuem peso relevante sobre os indicadores de inflação, em especial nos países em desenvolvimento, refletindo a importância desses bens nos dispêndios pessoais. Nesses países, a parcela da renda destinada ao consumo de alimentos é consideravelmente mais elevada do que nos países desenvolvidos. A mesma comparação pode ser feita entre famílias de baixa renda e famílias de renda média ou alta (D'OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Em uma economia aberta, conforme Mankiv (1995), a inflação doméstica pode ser afetada por choques externos, seja por mecanismos de ajuste de preços relativos ou por mudanças na oferta e demanda internacionais. Essas flutuações externas são refletidas na taxa de câmbio de cada país, e o repasse das variações cambiais para a inflação destaca a sensibilidade dos preços em cada mercado a tais choques cambiais.

De fato, desde 2007, o sistema alimentar global tem testemunhado uma elevada volatilidade nos preços internacionais das *commodities* alimentares, além do grau idiossincrático e característico dos mercados agrícolas, com altas que não retornaram aos níveis anteriores. Segundo Silva (2008), esse comportamento dos preços pode ser explicado não apenas por uma combinação de fatores como desequilíbrios de oferta e demanda de curto prazo, mas, principalmente, por fatores sistêmicos, visto que são decorrentes de características assumidas do sistema alimentar mundial. Ao mesmo tempo, o Brasil, como muitos outros países, também vive um processo de inflação de alimentos, do qual o repasse dos preços internacionais para os domésticos é uma das principais explicações.

De acordo com Siqueira (2002), a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares e a inflação dos alimentos no âmbito doméstico são fenômenos efetivamente inter-relacionados, porém não de forma unívoca. Ademais, outros determinantes, em sua maioria fatores internos ou resultantes de opções de política adotadas pelos países, participam da explicação da inflação dos alimentos que, no Brasil, assumiu caráter persistente, embora diferenciado entre os produtos, em um país que se destaca como grande exportador de produtos agroalimentares.

O estudo de Maluf e Speranza (2013) e vários outros trabalhos descrevem plenamente a existência de inflação de alimentos no Brasil. É necessário esclarecer desde já que a inflação dos alimentos faz parte de um processo inflacionário que não se limita aos alimentos, mas afeta inclusive os preços dos alimentos, sendo o exemplo mais notório o efeito do aumento dos preços dos serviços. Contudo, isso não afeta o fato de que os preços dos alimentos se tornaram um dos principais

determinantes do índice composto de preços nos últimos anos. Esse papel se manifesta nas múltiplas ligações entre as várias etapas do mercado e cadeias de *commodities* agrícolas, bem como na expressão das diferentes dinâmicas de formação de preços em diferentes produtos e cadeias.

Abordar a inflação de alimentos no Brasil, segundo Maluf (1992), levando em consideração a volatilidade dos preços internacionais de *commodities* alimentares, a evolução dos preços de alimentos no varejo e o índice de inflação geral brasileiro medido pelo IPCA (IBGE), a inflação de alimentos, por sua vez, reflete um componente inercial, enfatizando as características estruturais da produção e comercialização e o entrelaçamento dos preços dos alimentos com uma matriz geral de preços domésticos. Portanto, a inflação de alimentos no Brasil é persistente e diferenciada. As diferenças nas cadeias de produtos são tão óbvias que as explicações podem ser buscadas a partir das características únicas de cada produto ou cadeia.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 CONCEITO DE CESTA BÁSICA E SUA EVOLUÇÃO

A Cesta Básica Nacional, regulamentada pelo Decreto nº 399, de 30 de abril de 1938, é uma lista formada por 13 produtos considerados fundamentais para a subsistência de uma pessoa durante um mês, assim como a quantidade necessária de cada item (DIEESE, 2009). O objetivo do decreto era atribuir o valor de uma cesta básica como um dos componentes de definição do salário mínimo. Dessa forma, o valor do salário deveria ser suficiente para que a pessoa pudesse arcar com os custos da alimentação básica.

Diversos itens compõem a cesta básica e a quantidade de cada ingrediente pode mudar de acordo com os hábitos alimentares das populações das cinco regiões do país: sudeste, sul, centro-oeste, norte e nordeste. A composição da cesta não é alterada há muitos anos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os 13 itens da cesta básica são levados mais em consideração nos cálculos de como anda a economia. A cesta básica é utilizada na área da economia como um instrumento de medida da inflação, sendo um indicador importante de como o aumento do preço dos produtos afeta o dia a dia e a alimentação da população no geral. Ela está associada a alguns índices, como o índice de preço do consumidor (IPCA).

A pesquisa da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE, em dezoito capitais do Brasil, acompanha mensalmente a evolução de preços de treze produtos de alimentação, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Outro dado importante são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir esses bens. O salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente, é calculado com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta.

Essa cesta, chamada Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os bens e as quantidades estipuladas são diferenciados por região (Tabela 1).

Tabela 1 - Provisões mínimas de quantidades para a cesta básica de alimentos, estipuladas pelo Decreto Lei nº 399/1938

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6 kg	4,5 kg	6,6 kg	6 kg
Leite	7,5 l	6 l	7,5 l	15 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3 kg	3,6 kg	3 kg	3 kg
Farinha	1,5 kg	3 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6 kg	-	6 kg	6 kg
Legumes	9 kg	12 kg	9 kg	9 kg
Pão	6 kg	6 kg	6 kg	6 kg
Café	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas	90 uni	90 uni	90 uni	90 uni
Açúcar	3 kg	3 kg	3 kg	3 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Adaptado de (DIEESE, 2022).

A Tabela 1 divide-se em quatro regiões, sendo elas região de 1 à 3, e por último a nacional, vê-se: Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão; Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

O DIEESE mensalmente realiza uma pesquisa em 16 capitais brasileiras com a finalidade de averiguar o preço da cesta básica e compará-lo com o valor do salário mínimo vigente. Para se realizar o cálculo dos valores da cesta básica de alimentos brasileira, o leva em consideração o valor mais alto pesquisado entre todas as capitais brasileiras e o multiplica por três. Dessa forma, é possível se assemelhar mais aos valores praticados em todo o território nacional, em que há uma variação de precificação grande em relação ao menor e maior valor pesquisado. Utilizando-se dessa fórmula, o DIEESE contempla as diferentes regiões do Brasil sem, contudo, fugir da realidade das diversas famílias brasileiras.

Conforme a metodologia de medição do valor da cesta básica utilizado pelo DIEESE, são levados em consideração vários fatores, tais como: estrutura das cestas básicas por região; locais de coleta; ponderação dos produtos por tipo de equipamentos de comércio; cadastro e amostra dos locais; tipos, marcas e unidades de medidas por produtos; modelos de questionários; calendário de levantamentos e digitação, conferência e análise crítica. Para realizar o cálculo da Cesta Básica

Nacional mensalmente, após a coleta dos preços, são calculados os preços médios dos produtos por tipo de estabelecimento, usando o seguinte procedimento para cada um dos produtos pesquisados.

Primeiramente, faz-se uma média aritmética de todos os preços coletados, por tipo de estabelecimento. Em segundo plano, usa-se o mesmo procedimento para o produto comprado em outros estabelecimentos e, por último, somam-se os vários resultados, obtendo-se o preço médio ponderado por produto.

O preço médio de cada produto, multiplicado pelas quantidades definidas no Decreto Lei nº 399, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da Cesta Básica. Obtido o valor da cesta, é feito o cálculo das horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica Nacional. Para isso, divide-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220 horas/mês, desde outubro de 88). Aplica-se, então, a Equação 3.

$$\text{Salário Mínimo}/220 = \text{Custo da Cesta}/X$$

$$X = (\text{Custo da Cesta}/\text{Salário Mínimo}) \times 220 \quad (3)$$

Esse mesmo cálculo, realizado em várias capitais do país, torna possível compará-los entre si e observar as variações regionais do custo da cesta estabelecida como mínima para um adulto repor suas energias gastas durante um mês de trabalho. Esse levantamento mensal permite acompanhar a evolução do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores e comparar o preço da alimentação básica, determinada por lei, com o salário mínimo vigente.

Apesar de, no Brasil, existem realidades populacionais bem distintas, enquanto algumas famílias ficam restritas aos itens da Cesta Básica, outras acabam tendo opções alimentares adicionais no consumo diário. Entretanto, independentemente da condição social e cultural, os itens que compõem a Cesta Básica permanecem como sendo a base alimentar da população brasileira durante muitas décadas (PASSOS; BERNARDI; MENDES, 2014).

3.2 EVOLUÇÃO DO VALOR DA CESTA BÁSICA E A INFLAÇÃO

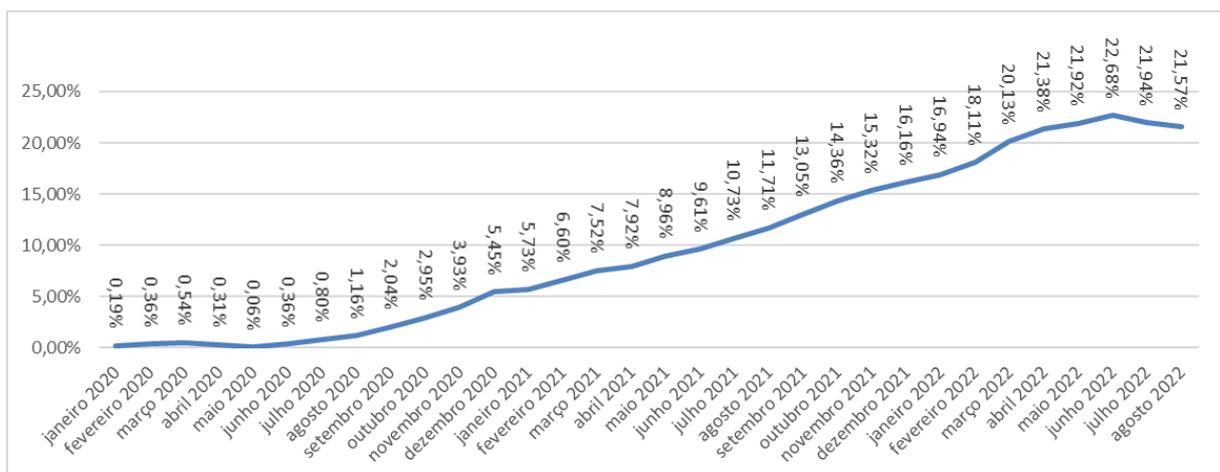
Desde meados de 2020, a inflação sobe mês a mês, quase ininterruptamente. Em março de 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) chegou a quase 12% ao ano. Esse índice foi criado com o intuito de proteger o poder de compra dos salários da população brasileira, sendo o índice mais usado desde então nos dissídios e reajustes salariais em geral.

O INPC é rebalanceado de tempos em tempos para refletir os hábitos de consumo e o custo de vida de famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, residentes de áreas urbanas. Devido ao seu escopo, estima-se que o índice abrange aproximadamente 50% da população brasileira (IBGE, 2022).

O índice acumulado do INPC a partir do mês base de janeiro de 2020 atingiu mais de 21% em junho de 2022, tendo crescido bastante no período analisado e iniciado um ciclo de baixa no final do período.

De acordo com o Gráfico 1, é possível projetar grandes impactos no preço de diversos produtos, como os alimentos. Pelo fato de o INPC mensurar a variação de preços nos produtos e serviços consumidos pelas famílias de baixa renda, ele se torna um indicador importante para entender como e o quanto essas famílias gastam para viver mensalmente.

Gráfico 1 - Índice INPC acumulado no período (2020-2022)

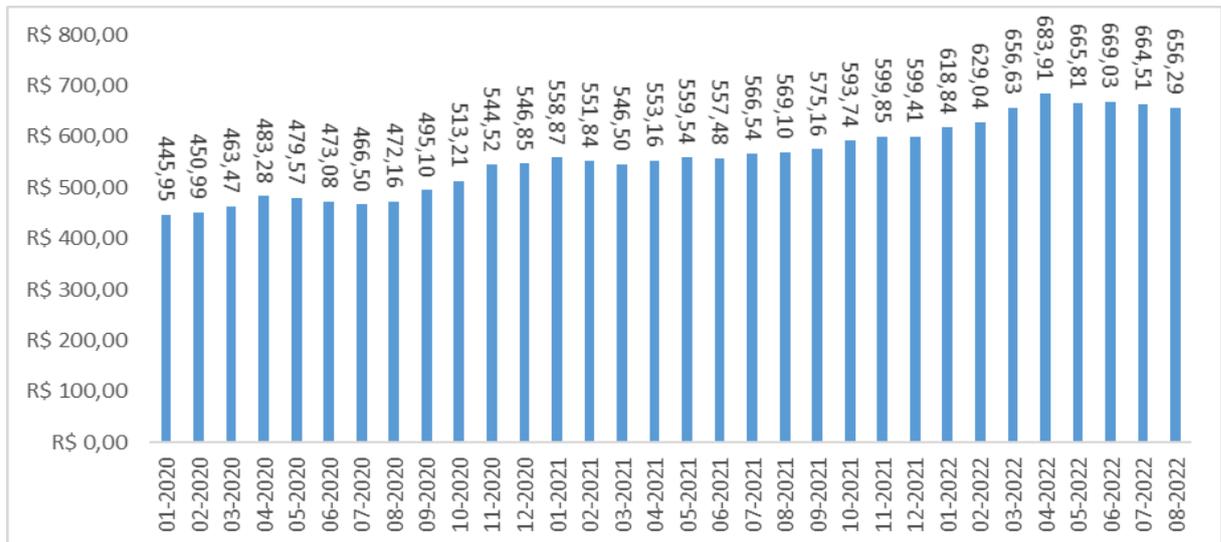


Fonte: Adaptado de IBGE.

A construção de uma cesta básica e o acompanhamento da sua trajetória de preço no tempo é uma forma aumentar a transparência do sistema não só para os

usuários dos bens e serviços relacionados, mas para todo o conjunto de agentes econômicos, em especial, aos ofertantes. Pelo Gráfico 2, é possível averiguar o custo de se adquirir a cesta básica no período analisado.

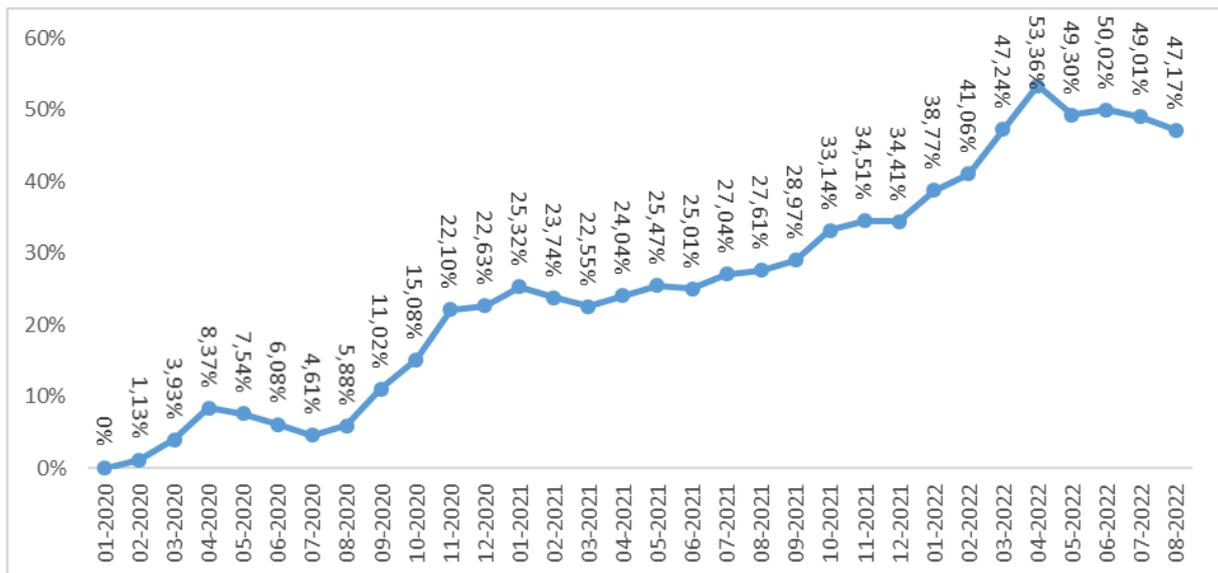
Gráfico 2 - Evolução do preço médio da cesta básica nacional (2020-2022)



Fonte: Adaptado de DIEESE.

De acordo com os Gráficos 2 e 3, o valor médio da cesta básica no Brasil tem subido constantemente nos últimos anos e atingiu seu maior valor em 2022 em R\$ 683,91. Isso representa um acumulado de crescimento de 53% desde o mês base do período analisado, que foi janeiro de 2020. Nota-se que 2021 foi um o ano em que houve maior crescimento, o que impactou indicadores de inflação como o IPCA e o INPC e o final do período começa a ter a desaceleração da inflação.

Gráfico 3 - Evolução do acumulado da variação do preço da cesta básica no período (2020-2022)



Fonte: Adaptado de DIEESE.

De acordo com a Tabela 2, é grande a diferença de preço da cesta básica em relação à capital analisada. Historicamente, a cesta básica tem valores maiores nas capitais do sul e do sudeste, assim como o custo de vida em geral. Em relação ao salário mínimo nacional, é perceptível também o maior custo com a cesta básica nessas capitais. Em 2022, o gasto com a cesta básica chegou à proporção de 66,88% do salário mínimo em São Paulo.

Tabela 2 - Valor da cesta básica por capital em agosto de 2022 e proporções com o salário mínimo

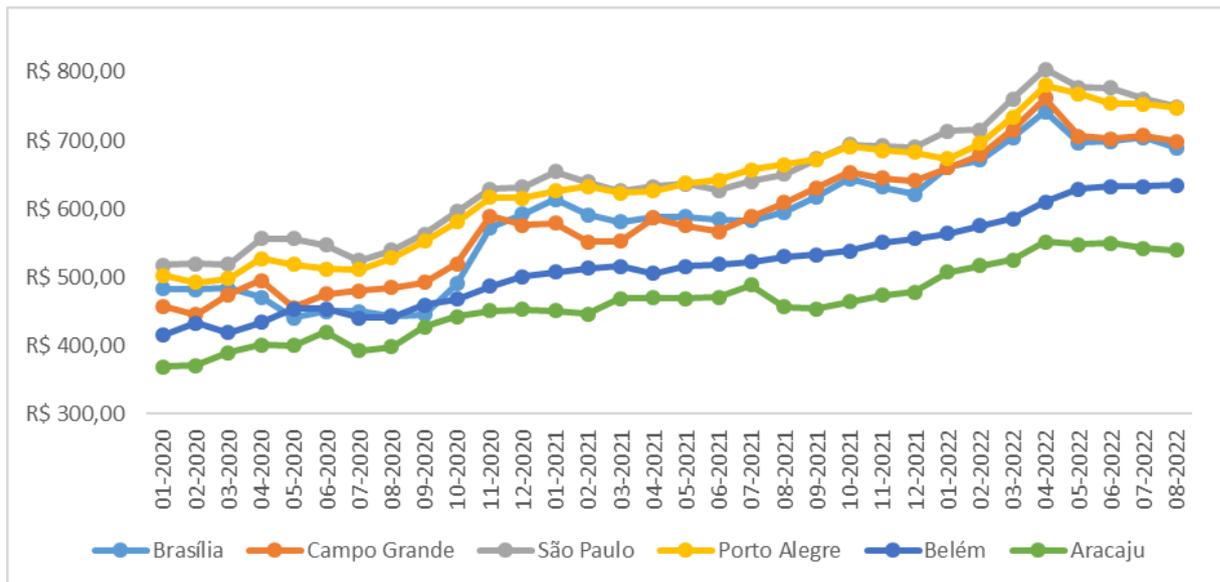
Cidade	Valor da Cesta Básica (R\$)	Porcentagem do salário mínimo (%)	Horas de trabalho
São Paulo	749,78	66,88	99,05
Porto Alegre	748,06	66,73	98,82
Florianópolis	746,21	66,56	98,57
Rio de Janeiro	717,82	64,03	94,82
Campo Grande	698,31	62,29	92,25
Vitória	697,39	62,21	92,13
Brasília	689,31	61,49	91,06
Curitiba	685,69	61,16	90,58
Goiânia	660,83	58,94	87,30
Belo horizonte	638,19	56,93	84,31
Belém	634,85	56,63	83,86
Fortaleza	626,98	55,93	82,82
Recife	598,14	53,35	79,01
Natal	580,74	51,80	76,72
Salvador	576,93	51,46	76,21
João Pessoa	568,21	50,68	75,06
Aracaju	539,57	48,13	71,28

Fonte: Adaptado de DIEESE.

Com isso, um trabalhador precisa em torno de 100h de sua jornada de trabalho para comprar a cesta básica na capital paulista. Há uma grande diferença em capitais das regiões nordeste, em que o custo da cesta é bem menor comparado com o restante do Brasil, onde os salários são mais baixos também. Em Aracaju, por exemplo, a cesta básica consome apenas 48% do salário mínimo, uma diferença de 26%.

Toma-se como base algumas das mais importantes capitais do país que representam as mais diversas realidades econômicas que influenciam o preço médio de uma cesta básica, as cidades de São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande, Brasília, Aracaju e Belém, se forem analisadas, mostram de uma ponta a outra a situação de cada região do país (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução de preço da cesta básica em São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande, Brasília, Aracaju e Belém (2020-2022)



Fonte: Adaptado de DIEESE.

O período analisado estende-se de janeiro de 2020 até agosto de 2022. No mês de agosto de 2022, São Paulo foi a capital com a cesta básica mais cara entre todas as observadas (R\$ 749,78) e Aracaju a capital com a cesta básica mais barata (R\$539,37). A média de valor da cesta básica nessas capitais foi de R\$656,29, a capital paraibana possui cesta básica mais barata do que a média dos valores das cestas básicas nas capitais do país.

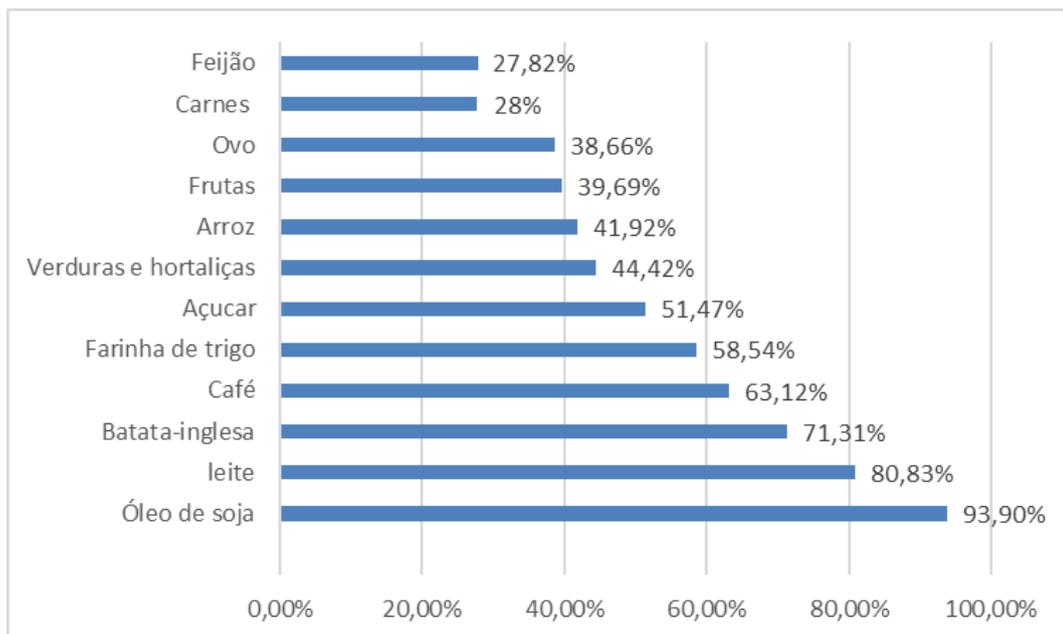
O crescimento médio da cesta básica nessas cidades foi respectivamente de 39% em Brasília, 45% em Campo Grande, 39% em São Paulo, 41% em Porto

Alegre, 43% em Belém e 40% em Aracaju, muito acima do crescimento médio do salário mínimo que foi de 15% no período, segundo o IBGE. Levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estimou que o valor do salário mínimo necessário para suprir as necessidades do trabalhador e de sua família deveria ser de R\$ 6.527,67, isso para dois adultos e duas crianças, ou seja, 5,39 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

3.3 ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS SELECIONADOS

Itens que são a base do consumo do brasileiro, a base da subsistência das famílias brasileiras, assistem a um salto no custo de aquisição sem precedentes na última década. Em seis anos, esse é o mais alto nível no preço dos alimentos. Quem vai ao supermercado consegue ver exatamente como o alimento se tornou um vilão da inflação brasileira. Dos 159 alimentos cujos preços são monitorados pelo IBGE, apenas 9% (14 deles) tiveram queda nos preços nos últimos 24 meses. Os demais 91% ficaram mais caros - sendo que 54% (ou 84 itens) tiveram um aumento expressivo, de mais de 10% (IBGE, 2022).

Gráfico 5 - Inflação dos principais alimentos durante o período 2020-2022



Fonte: Adaptado de IBGE (INPC).

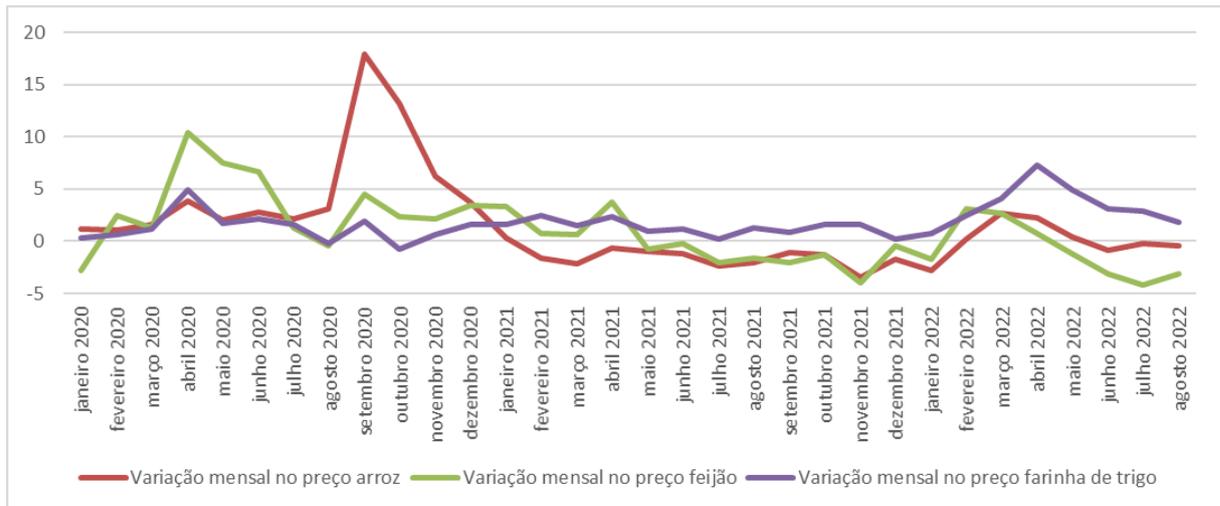
3.3.1 Arroz, feijão e farinha de trigo

O arroz é um dos itens mais consumidos no país e que teve aumento geral de 41,92%. Segundo a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (FEDERARROZ), conforme PÉTRIN (2021), o câmbio acima de R\$ 5 favoreceu uma exportação maior e ainda se teve um aumento no consumo em função da mudança de comportamento das pessoas. O aumento da demanda desabasteceu o varejo, e as indústrias foram obrigadas a aumentar o valor pago pelo cereal. Contudo, a maioria dos produtores não conseguiu embolsar toda essa valorização, já que o arroz tem um alto custo de produção. Os custos fizeram com que, de 30% a 35%, migrassem para a soja, reduzindo a oferta.

O feijão, no período, teve um aumento de mais 10% no consumo segundo o Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe) (2023). Para o DIEESE, a desvalorização da moeda brasileira fez parte dos produtores preferirem exportar a produção, reduzindo ainda mais a oferta interna pelos altos custos de produção. O aumento do preço foi sentido muito no início da pandemia.

A farinha de trigo é um dos principais componentes majoritários de um grande leque de alimentos e sua oferta afeta o preço de diversos produtos, como o pão francês. Um levantamento da consultoria MLB mostra que o preço do trigo no Brasil disparou 130% entre janeiro de 2020 e abril de 2022. O salto no preço foi provocado por uma combinação de fatores que inclui a pandemia, a inflação das *commodities* e a Guerra da Ucrânia, que tirou da mesa dois dos principais fornecedores desse mercado, a Rússia e a Ucrânia (DURAN, 2022). Problemas na cadeia de suprimentos e restrições à exportação por alguns países também contribuíram para essa alta.

Gráfico 6 - Evolução mensal do preço do arroz, feijão e farinha de trigo (JAN 2020-AGO 2022)



Fonte: Adaptado de IBGE (INPC).

3.3.2 Análise do ambiente interno da organização

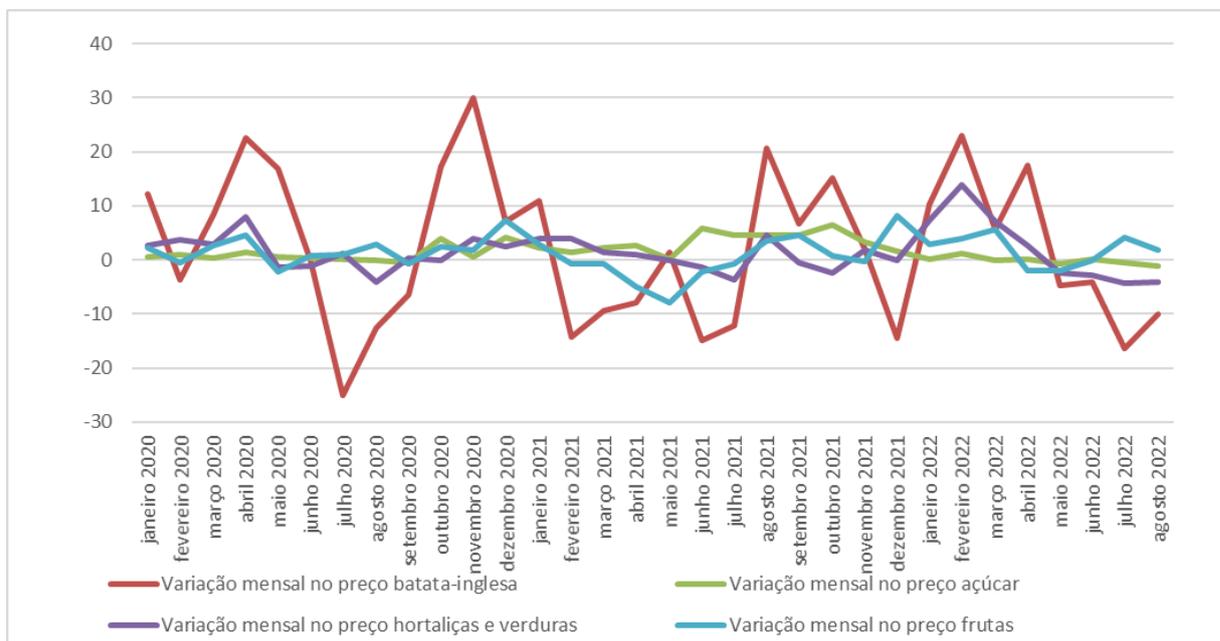
A batata inglesa é um dos carboidratos mais consumidos pelos brasileiros. O custo da batata-inglesa, por sua vez, já vinha em elevação antes de aumentar mais de 70% na pandemia (VELOSO, 2022). Segundo a Embrapa, essa elevação de preço da batata-inglesa pode ser atribuída à questão climática com chuvas e secas em períodos distintos.

Para a Conab, os problemas com a safra da cana-de-açúcar foram os responsáveis pela alta no preço do açúcar refinado com as questões climáticas e a oferta global de açúcar está prestes a piorar em meio ao debate entre alimentos e combustíveis que está acontecendo no maior exportador, o Brasil que vem retomando o consumo de etanol. A alta significativa dos custos para os fabricantes impulsionou a alta acumulada de 51%.

Já para as hortaliças e verduras, segundo a Embrapa, elas enfrentaram o encarecimento na produção e o mercado do agronegócio tem visado os grandes produtores que conseguem competir melhor. Já o uso de fertilizantes e os agrotóxicos acompanham as altas do mercado de grãos. Esses agroquímicos mais simples para agricultores de frutas e verduras estão em falta e o que tem no mercado é muito caro, até as sementes estão mais caras devido aos reajustes anuais das empresas (SCHENBERGER, 2022). Há ainda os gastos com irrigação, que funciona à base de diesel ou de energia elétrica, que também sofreram aumentos. Tudo se soma e a alta desses alimentos chega a 44%.

Segundo a Ceagesp, conforme Florentino (2022), os preços de cinco das frutas mais consumidas pelos brasileiros subiram de 32% a 46% na capital paulista entre os meses de abril de 2020 e de 2022. No primeiro ano da pandemia, muitos produtores enfrentam dificuldade para escoar sua oferta ao *food service* e mesmo ao varejo, o que desestruturou algumas cadeias. As frutas acumulam uma alta de quase 40%.

Gráfico 7 - Evolução mensal do preço da batata-inglesa, açúcar, hortaliças e verduras e frutas (JAN 2020-AGO 2022)



Fonte: Adaptado de IBGE (INPC).

3.3.3 Carnes, ovos e leite

O preço da carne subiu mais do que o dobro da inflação nos últimos 2 anos, segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A alta das exportações contribuiu para puxar os preços no mercado interno brasileiro. O faturamento dos açougues não demorou para ser afetado, os açougues compram menos e os frigoríficos desaceleram a produção. Normalmente, quando o consumo de algum produto cai, o preço tende a cair também. É a lei da oferta e da procura.

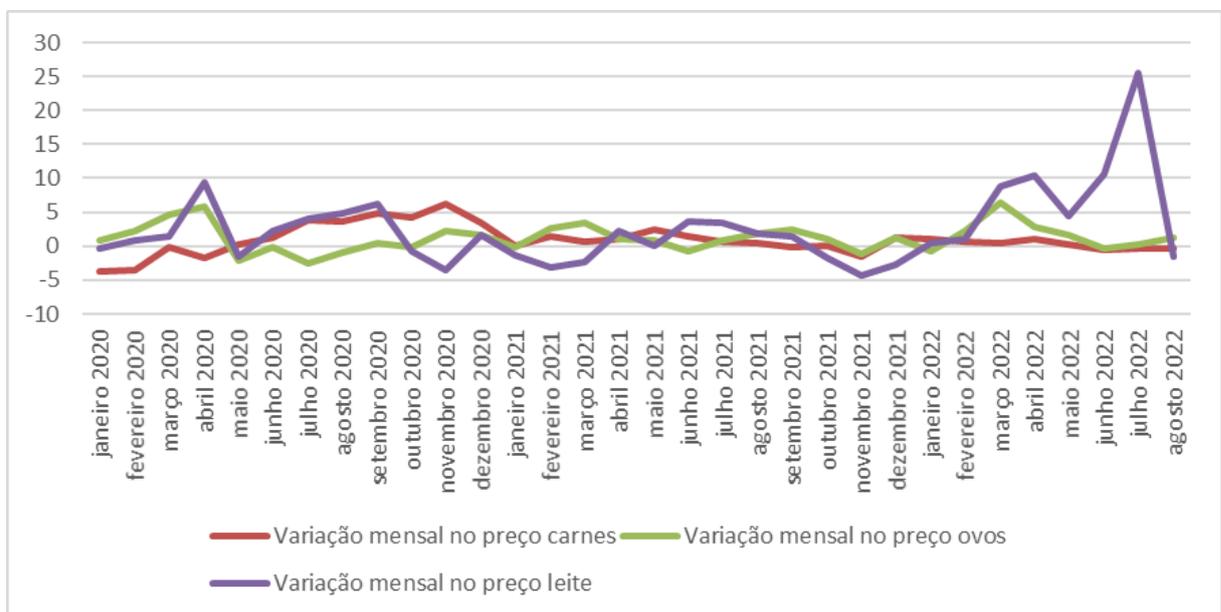
No entanto, isso não tem acontecido no Brasil por conta de fatores externos. O IPEA diz que, desde março de 2020, até março de 2022, as exportações de carne bovina para a China aumentaram 30,4%, o que reduziu a oferta no mercado interno (JORNAL DA GLOBO, 2022). O aumento dos preços das carnes e a queda na renda

da população levou à busca por proteínas mais baratas, direcionando a demanda para o ovo. E essa maior procura refletiu nos preços do produto, a dúzia teve aumento médio de 38%.

Nos últimos 32 meses, a inflação do leite acumulou 80%, causando forte impacto nos custos de produção em toda a cadeia de lácteos, elevando-os de maneira desuniforme. Segundo a Embrapa Gado de Leite, do lado da oferta, houve restrição à disponibilidade de bens e serviços, já que um menor número de pessoas e empresas trabalhou e produziu (CANAL DO LEITE, 2022).

Também houve repercussão na logística mundial, com aumento do frete marítimo, impactando produtos que dependem de transporte de longa distância, como insumos agrícolas e semicondutores, entre outros. Do lado da demanda, pela maior disponibilidade de dinheiro em circulação a partir da disponibilização do auxílio emergencial, houve aumento da procura de bens e serviços de maneira mais rápida que o previsto por muitos agentes econômicos (CANAL DO LEITE, 2022).

Gráfico 8 - Evolução mensal do preço das carnes, ovos e leite (JAN 2020-AGO 2022)



Fonte: Adaptado de IBGE (INPC).

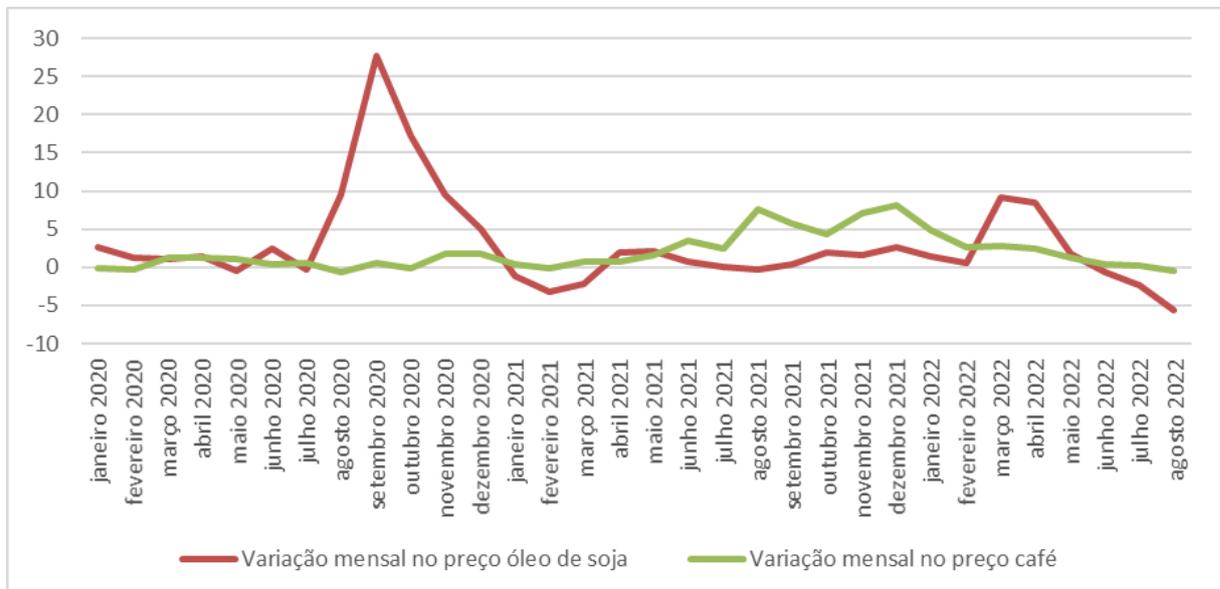
3.3.4 Óleo de soja e café

Globalmente, o valor dos óleos vegetais aumentou nos últimos anos, segundo o Índice de Preços de Alimentos da Food and Agriculture Organization (FAO) (2022). E conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a lata de 900 ml do óleo de soja

passou de R\$ 4,63 em maio de 2020 para R\$ 8,45 em maio de 2022 em São Paulo. O Brasil é um grande produtor de soja e nos últimos dois anos tem exportado muito mais do que jamais pensou.

Já para o café, os preços do grão acumulam alta de 63%. Segundo a Organização Internacional do Café (ICO), secas e geadas afetaram lavouras no Brasil, sinalizando que a oferta global deve se manter apertada por pelo menos mais dois anos (GRAGNANI, 2021). Os altos custos do frete e escassez de contêineres continuam atingindo as cadeias de suprimento globais, o que encolhe margens e reforça a preocupação com a inflação. Muitas empresas com foco no consumo enfrentam uma escolha difícil: aumentar os preços ou usar grãos mais baratos.

Gráfico 9 - Evolução mensal do preço do óleo de soja e café (JAN 2020-AGO 2022)



Fonte: Adaptado de IBGE (INPC).

3.4 ANÁLISE DAS CAUSAS DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

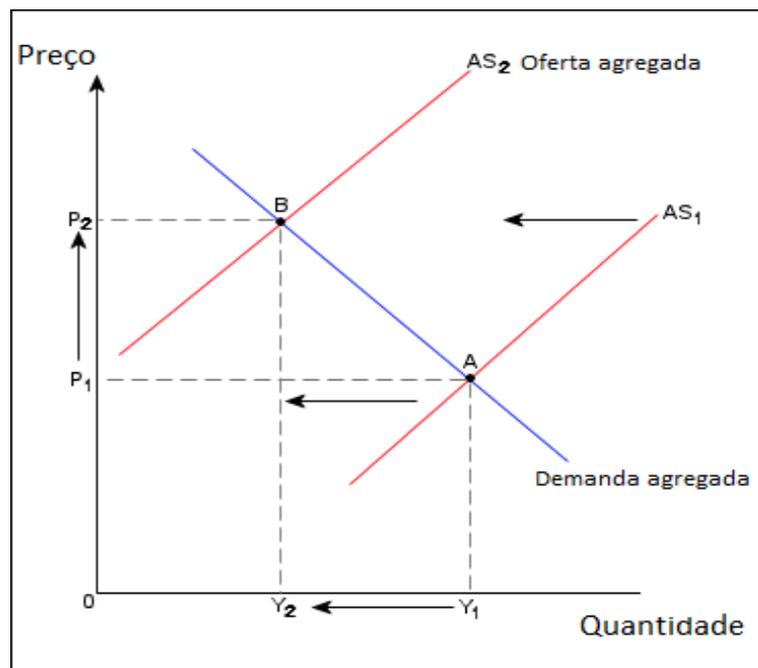
Neste capítulo, são investigadas as causas da inflação dos alimentos no período analisado. Ao longo de 2020, por causa das quarentenas e do desligamento compulsório da economia efetuado por prefeituras e governos estaduais, a maioria do setor de serviços foi fechada. A cesta de consumo do brasileiro foi profundamente alterada por limitações de consumo.

Ao longo de 2020 e 2021, as empresas e as cadeias globais de suprimentos foram abruptamente quebradas por um choque de oferta e de demanda que ocorreu porque a cadeia produtiva sofreu uma interrupção e a resposta para isso foi o corte

de juros e a flexibilização monetária (SENHORAS, 2021). A cadeia global de insumos estava em um equilíbrio frágil antes da pandemia de covid-19 e com a crise sanitária, a estabilidade foi rompida. As restrições de produção e a escassez de mão de obra devido a interrupções nas cadeias de suprimentos aumentaram os custos de transporte e distribuição, que resultaram na escalada de preços com o choque de oferta (O SUL, 2022).

Pelo Gráfico 10, é possível observar que, com um choque de oferta negativo em toda a economia, haverá um deslocamento da curva de oferta agregada para a esquerda, diminuindo a produção e aumentando o nível de preços enquanto a curva de demanda permanece na mesma posição. A interseção das curvas de oferta e demanda agora mudou e o equilíbrio é agora o ponto B; quantidade foi reduzida para Y^2 , enquanto o nível de preços foi aumentado para P^2 .

Gráfico 10 - Representação gráfica de um choque de oferta com novo ponto de equilíbrio



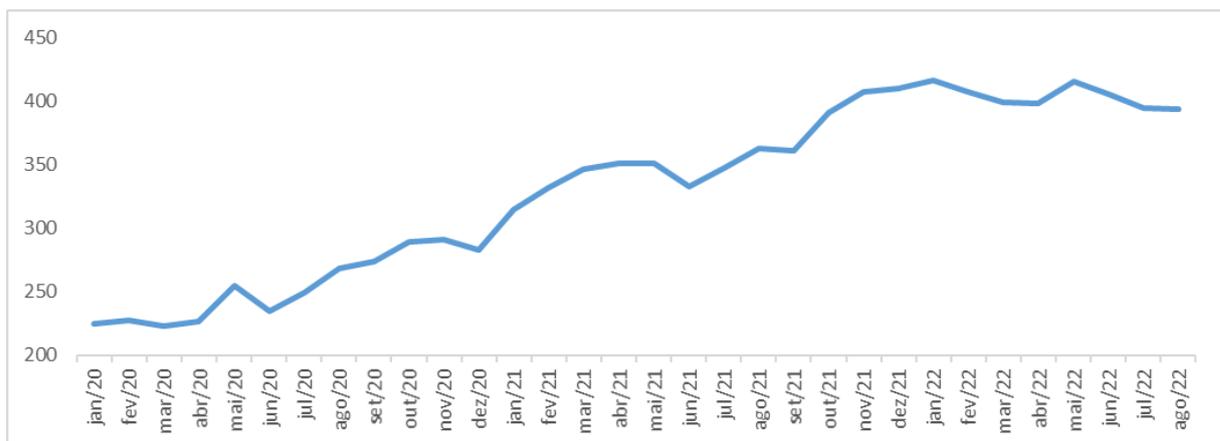
Fonte: Adaptado de (ANÁLISE MACRO, 2014, p. 31).

Sob uma perspectiva global, esse fenômeno surge como consequência da tentativa de mitigar os efeitos da pandemia, como de limitações de oferta, decorrentes tanto dos desdobramentos da crise sanitária. A alta de preços associada a esses choques de oferta pode ter impactos negativos sobre o consumo das famílias, através da diminuição de seu poder de compra real e da substituição por produtos mais acessíveis.

No contexto da escalada dos preços dos alimentos, segundo o DIEESE, o contexto de forte demanda externa, a alta das cotações internacionais e desvalorização cambial estimulou a exportação de produtos como commodities e reduziu a oferta interna desses produtos, em um momento de expansão da demanda doméstica por incentivo do governo. Dessa forma, houve também um importante choque de demanda no setor, que impulsionou preços, os quais não vêm sendo compensados com ações significativas de redução de tarifas para importação de alimentos que não teriam grande efeito devido aos custos dessa operação e taxa de câmbio desfavorável (GILIO, 2020).

Adicionalmente, a ausência deliberada de uma política de estoques reguladores públicos de alimentos fez com que os preços subissem de acordo com as flutuações do mercado (BELIK, 2020). Ademais, os custos de produção e distribuição de alimentos se elevaram com a alta da tarifa de energia, dos preços dos combustíveis e, com o real desvalorizado, de insumos importados como fertilizantes e agrotóxicos. O Gráfico 11 mostra a evolução dos preços, em reais, das principais *commodities* agropecuárias brasileiras, segundo dados do Banco Central utilizando o indicador IC-Br, cuja estrutura de ponderação busca refletir a relevância de cada *commodity* para a dinâmica da inflação doméstica.

Gráfico 11 - Evolução de preços das principais commodities brasileiras segundo o Índice de Commodities do Banco Central (IC-Br)



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Segundo Castro (2020), muitas das causas dessa inflação ficaram fora do alcance dos bancos centrais: o isolamento social, os *lockdowns* e as quebras nas

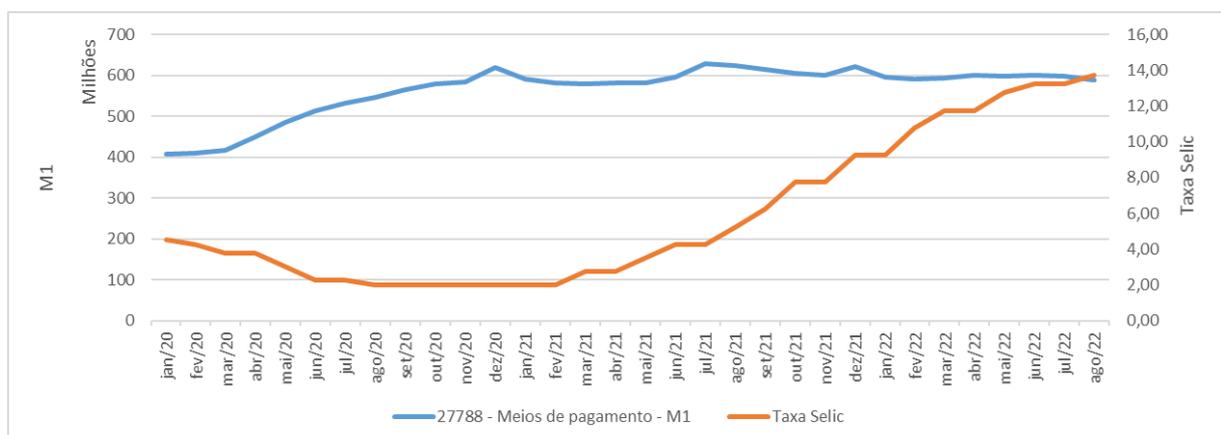
cadeias produtivas. No entanto, as pressões sobre os preços ficaram cada vez mais disseminadas, exigindo respostas das autoridades monetárias.

Como a questão da crise gerada pelo coronavírus, o Banco Central do Brasil reduziu acentuadamente a SELIC na tentativa de reduzir as perdas da economia como um todo para estimular a demanda, fazendo com que a taxa real de juros se tornasse negativa e atuou ainda para expandir a oferta monetária e fiscal, principalmente por meio do Orçamento de Guerra.

A junção desses fatores criou um cenário de desequilíbrio entre oferta e demanda no ambiente doméstico e o Banco Central via as projeções de inflação subirem a cada mês. De acordo com economistas do lado da oferta, essa política de estímulo ao consumo inevitavelmente impulsiona a carestia: muitas pessoas querendo consumir, poucas pessoas efetivamente produzindo. No final, se terão apenas preços mais altos e redução da produção total na economia.

De acordo com o Gráfico 12, durante o ano de 2020 houve um acentuado crescimento dos meios de pagamento M1 que é a moeda corrente + escritural que está em poder do público. A taxa SELIC foi sendo gradativamente reduzida até o momento que houve o início da pressão inflacionária. A relação é sempre inversa, a Selic sobe para conter a expansão monetária. Portanto, houve um período de defasagem na política monetária que foi responsável mais adiante no aumento da inflação.

Gráfico 12 - Evolução de M1 e Taxa Selic

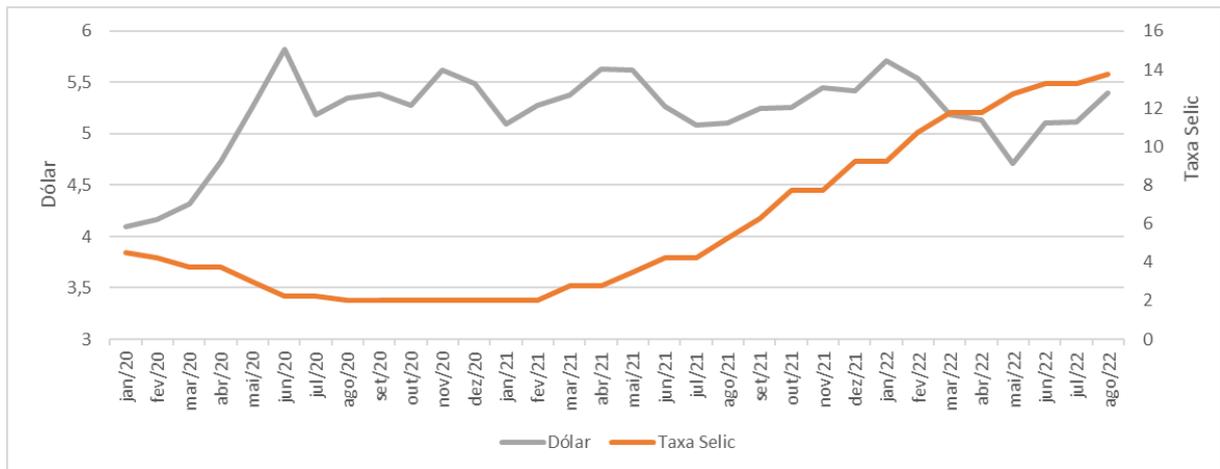


Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Como é possível visualizar no Gráfico 13, a forte expansão monetária em conjunto com juros reais negativos depreciou fortemente o real e o dólar

aumentaram. Como consequência dessa forte expansão monetária, dessa forte redução dos juros e da ampla desvalorização da moeda, os preços em reais das *commodities* brasileiras negociadas no mundo e cotadas em dólares, como arroz, milho, soja e carne, subiram fortemente. Todas as *commodities* alimentícias, como soja, trigo, milho, café, carne de boi, suco de laranja e açúcar, são precificadas em dólar no mercado internacional de *commodities*.

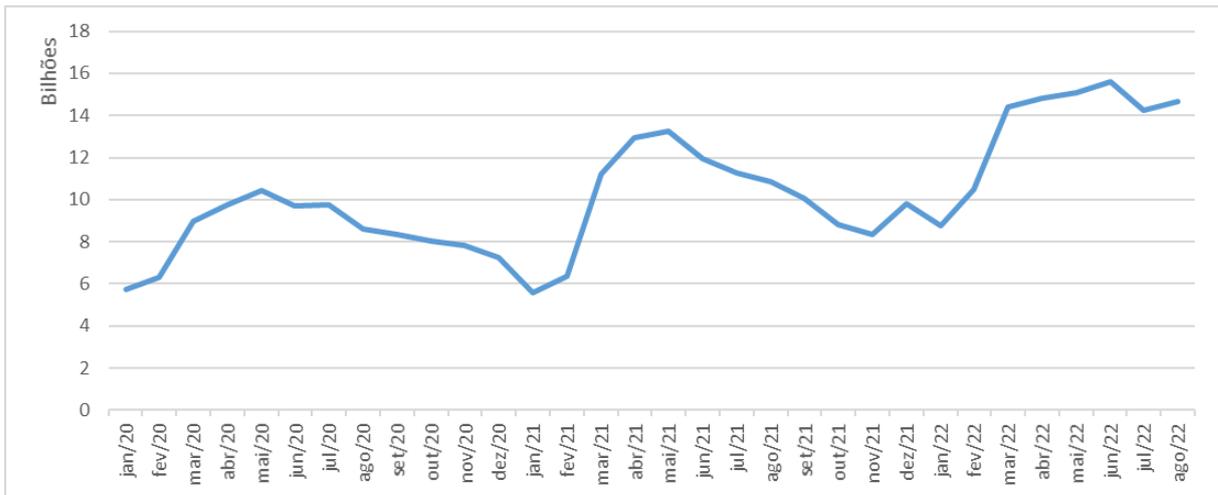
Gráfico 13 - Taxa Selic e câmbio



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Com os preços em alta, as exportações de alimentos passaram a bater recordes, e isso gerou seu encarecimento, mesmo tendo havido recorde de produção. A taxa de câmbio vigente fez com que o real sofresse uma desvalorização média de 30%. A moeda brasileira já havia sido fortemente depreciada desde o início de 2019 e em 2020 com a nova desvalorização, a economia vivenciou um novo “boom” das *commodities*.

Gráfico 14 - Evolução das exportações de commodities brasileiras



Fonte: Adaptado de Cepea.

Conforme José Baccarin, para Nogueira (2022), a grande vinculação aos preços internacionais pelo lado das exportações no Brasil tem afetado consideravelmente os preços dos alimentos a patamares históricos neste século.

3.5 ANÁLISE DA INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS POR FAIXA DE RENDA

Nessa seção é discutida a diferença da inflação por faixa de renda. A inflação não é a mesma para todas as classes sociais, cada uma tem o seu próprio perfil de consumo (FGV IBRE, 2022). As de menor renda dedicam parcelas maiores de seus gastos à alimentação, segundo Lei de Engel, que estabelece que, quando o nível de renda dos consumidores aumenta, a proporção da renda gasta com alimentação cresce a uma taxa mais lenta do que a porcentagem dedicada a outros bens. A compra de alimentos costuma consumir uma parcela maior do orçamento das famílias com renda mais baixa. Por isso, a elevação dos preços da comida pesa mais no bolso dos mais pobres.

Considerando-se os efeitos para os diferentes grupos sociais, o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda evidencia como a inflação tem afetado as diferentes classes de renda, pesando de forma mais expressiva sobre as classes mais baixas (LAMEIRAS, 2023).

Tabela 3 - Classificação de faixa de renda por renda domiciliar

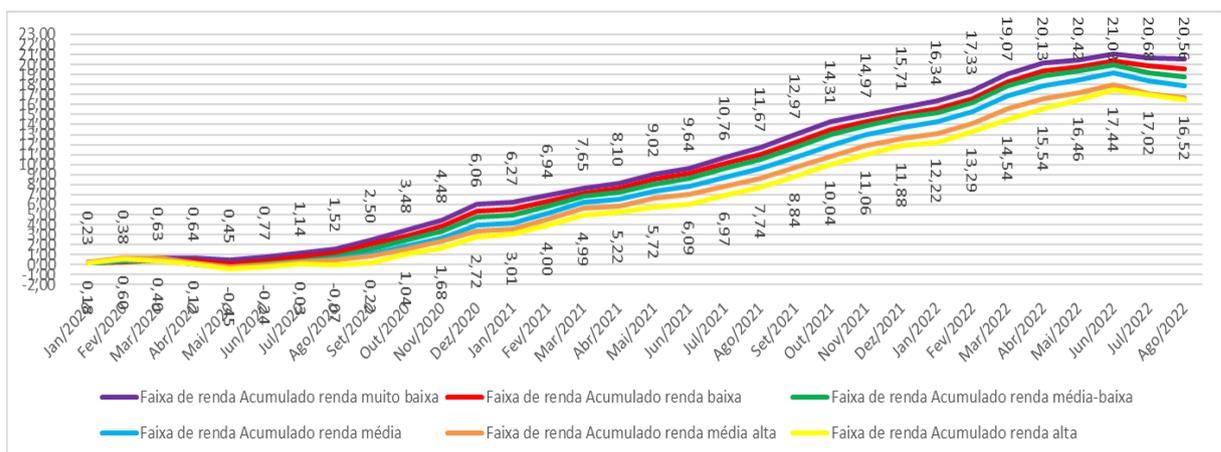
Faixa de renda	Renda domiciliar 2022
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 1.808,79
2 - Renda baixa	Entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47
4 - Renda média	Entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49
6 - Renda alta	Maior que R\$ 17.764,49

Fonte: Adaptado de IPEA.

De acordo com o IPEA, as faixas de renda mais baixa e muito baixa se situam entre rendimentos domiciliares até R\$ 2702,88.

É possível notar pelo Gráfico 15 que a série histórica de inflação do indicador IPEA para as famílias de renda muito baixa esteve 4% acima das famílias de renda muito alta no período analisado, porque maiores pressões inflacionárias residem nos grupos de alimentos que proporcionalmente fazem mais parte das despesas dessas famílias e que apresenta o maior aumento de ponderação quando se afunila a faixa de renda. Apesar de haver essa diferença percentual, o trabalho mostra que a inflação dos alimentos constatada é muito superior a esses indicadores, o que não pode ser mensurado apenas em um indicador de inflação padrão devido à multiplicidade de padrões de consumo na sociedade e por classe social.

Gráfico 15 - Inflação total por faixa de renda (JAN 2020 - AGO 2022)



Fonte: Adaptado de IPEA.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2017-2018) demonstra que, para famílias de baixa renda (até 2 salários mínimos mensais), as despesas alimentares representam 32,68% do total, ou seja, praticamente um terço das despesas totais dessas famílias. E de acordo com a pesquisa IPEA de análise de conjuntura, o peso dos gastos em alimentação das famílias de baixa renda fica em

torno de 34% do índice de inflação enquanto nas de alta renda gira em torno de 15%, impactando muito menos no índice geral. Em 2022, a proporção para a compra de uma cesta básica podia chegar até 68% do salário mínimo, o que indica que essas despesas aumentaram proporcionalmente nos últimos anos.

3.6 CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO NO BEM-ESTAR ALIMENTÍCIO DA POPULAÇÃO

A crise econômica provocada pela pandemia afeta o comportamento de compra de alimentos e afeta o bem-estar, principalmente na primeira necessidade humana que é a alimentação. Um dos reflexos da inflação acelerada é a mudança dos hábitos de consumo. Essa transformação pode ser percebida na alteração do local de compra, em uma nova composição de cesta de consumo ou até em substituição de hábitos de consumo (ROCHA *et al.*, 2016).

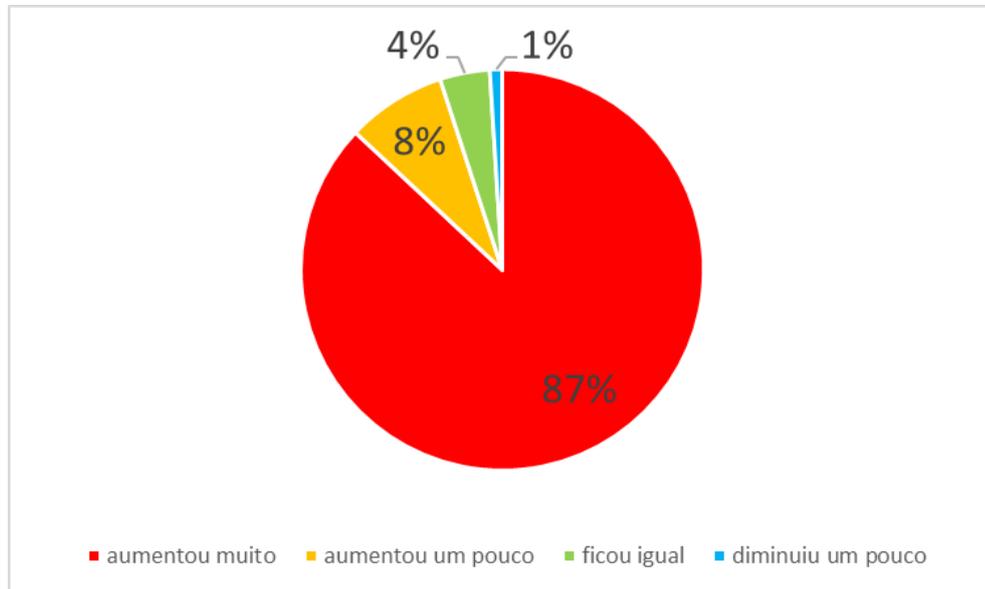
Diversos estudos e pesquisas empíricas feitas por institutos de pesquisa como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Datafolha e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) avaliaram a mudança do comportamento de consumo de alimentos e diferentes formas de acessar grupos específicos de consumidores e avaliar sobre a modificação do perfil de consumo de alimentos em cenários de crise. Essas pesquisas tiveram como objetivo investigar quais as principais mudanças ocorridas nos hábitos de compra de alimentos no contexto da inflação dos alimentos no Brasil nos anos de 2020, 2021 e 2022 e seus impactos no bem-estar geral.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ao longo dos últimos anos, as classes sociais mais baixas vêm empobrecendo progressivamente e enfrentando as consequências da precarização da vida, sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado. O resultado da combinação desses fatores teve reflexos claros na capacidade de acesso à alimentação suficiente e adequada pelas famílias brasileiras e constitui violação do preceito constitucional no Brasil relativo ao direito humano à alimentação adequada.

Em meados de 2021, as pressões inflacionárias ficaram muito concentradas entre os alimentos, classe de despesa que compromete mais o orçamento de famílias menos favorecidas. Segundo uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria “Comportamento & Economia no Pós-Pandemia”, encomendada pela CNI

ao Instituto FSB Pesquisa de 2022, mostra-se a percepção da inflação pela população brasileira.

Gráfico 16 - Percepção de aumento dos preços pela população brasileira



Fonte: Adaptado de Instituto FSB Pesquisa.

De acordo com os dados, 87% dos entrevistados relataram a percepção de muita alta nos preços no período de um ano. O levantamento também revelou que 76% dos brasileiros tiveram sua situação financeira “muito afetada” ou “afetada” pela inflação. Apenas 12% da população diz que foi “pouco afetada” ou “não foi afetada” pela alta de preços no Brasil. E essas estatísticas se acentuam em faixas de renda menores como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Situação financeira com o aumento dos preços

		Muito afetada (%)	Afetada (%)	Mais ou menos afetada (%)	Pouco afetada (%)	Nada afetada (%)
Renda familiar	Total	54	22	12	8	4
	Até 1 SM	63	18	9	7	3
	De 1 a 2 SM	56	22	10	8	4
	De 2 a 5 SM	47	24	15	9	5
	Mais de 5 SM	38	27	12	10	11

Legenda: SM = salário mínimo.

Fonte: Adaptado de Instituto FSB Pesquisa.

Segundo a pesquisa Datafolha de 2022, a parcela de brasileiros que dizem que a quantidade de comida em casa nos últimos meses foi insuficiente é de 33% atualmente, 55% o índice dos que têm comida em quantidade suficiente, e ficou em

12% o índice de pessoas que têm comida em quantidade mais do que suficiente. Na parcela com renda familiar de até 2 salários, 46% tiveram comida em quantidade insuficiente, índice que cai para 20% no segmento com renda de 2 a 5 salários, para 5% entre quem tem renda familiar de 5 a 10 salários, e para 4% entre quem obtém renda familiar superior a 10 salários. Regionalmente, o Nordeste abriga o maior índice percentual de brasileiros com comida insuficiente em casa (42%), seguido pelo conjunto de Norte e Centro-Oeste (31%), Centro-Oeste (31%), Sudeste (30%) e Sul (24%) (DATAFOLHA, 2022).

Segundo uma pesquisa da associação de consumidores Proteste, a grande maioria da população mudou os hábitos alimentares: 65% dos consumidores começaram a comprar mais marcas de preço baixo no supermercado, enquanto uma em cada três cortou alimentos não essenciais. Um a cada dois entrevistados brasileiros afirmou, ainda, comprar menos peixe ou carne (VALOR INVESTE, 2022).

Um levantamento realizado pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados) mostra que 67% dos consumidores substituíram as marcas de produtos ou trocaram por similares que consumiam habitualmente (REVISTA PEGN, 2022). Alimentos principais da cesta básica tiveram o chamado efeito substituição com outros tipos de alimentos. O Efeito Substituição é a variação na quantidade demandada resultante de uma variação no preço, a variação se restringe a um movimento ao longo da curva de indiferença inicial. Trocas como a da carne vermelha por ovos, do leite por soro de leite, óleo de soja por banha se tornaram mais frequentes.

No geral, tem se substituído também os alimentos *in natura* por alimentos ultraprocessados reduzindo a qualidade nutricional. Alimentos como salsicha, presunto e linguiça tiveram aumento de consumo durante a pandemia, substituindo as proteínas mais caras. São os bens de Giffen, em geral, um bem de pouca qualidade ou barato, que são só consumidos porque não tem outra saída. Do lado da oferta ocorre um outro efeito chamado “redução”, que é a redução da quantidade ou peso das embalagens como camuflagem sem que uma redução nos preços acompanhe.

O aumento dos preços dos alimentos tem levado famílias a mudarem os hábitos e consumirem cada vez menos produtos considerados supérfluos. Segundo uma pesquisa do Instituto Locomotiva, 76% dos consumidores tiveram que diminuir a compra de produtos e serviços pelos quais estavam habituados para conseguir

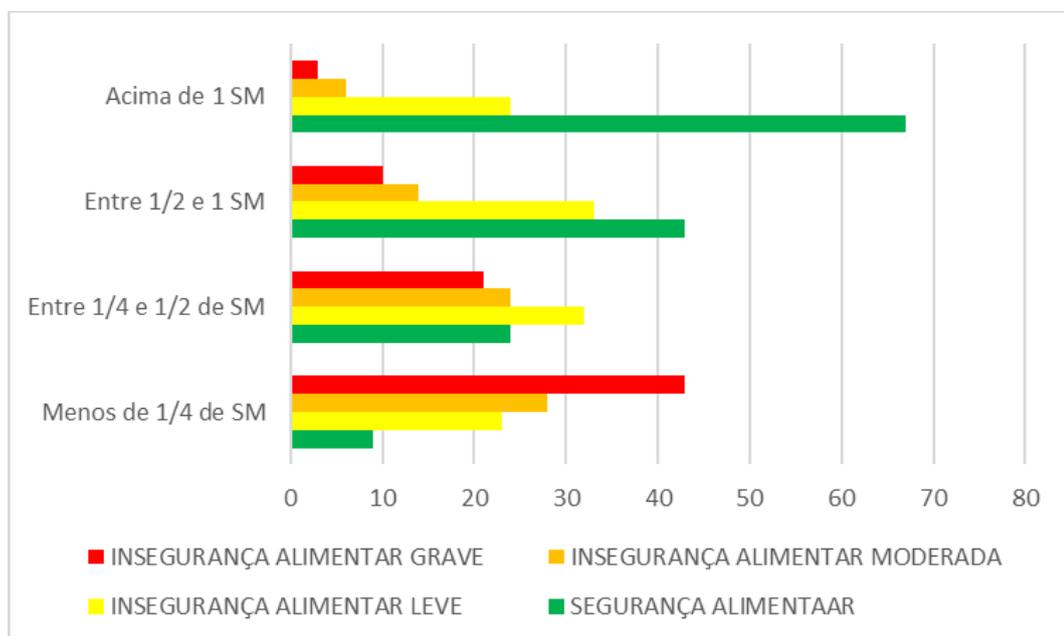
ajustar o orçamento. E entre os principais itens que tiveram de sofrer redução foram as carnes (64%), feijão (36%) e frango (36%) (MACHADO, 2022).

Entre os entrevistados, 68% respondeu que houve uma queda na qualidade dos alimentos devido à inflação, tendo um índice maior nas classes mais baixas (C, D e E), chegando a 71%. Nas classes mais altas também se teve essa mudança, mas o índice foi um pouco menor, chegando a 52% nas classes A e B (MACHADO, 2022).

3.6.1 Inflação dos alimentos no contexto da insegurança alimentar

O aumento dos preços dos alimentos ajuda a explicar por que o Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2022. De acordo com as pesquisas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), feita entre novembro de 2021 e abril de 2022, mostra-se que 33,1 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil (GUITARRARA, 2023).

Gráfico 17 - Segurança e insegurança alimentar por faixa de renda familiar per capita 2022



Fonte: Adaptado de Rede Pennsan.

Segundo a Rede Pessan, mais da metade da população brasileira, 58%, vive em situação de Insegurança Alimentar (IA). Também, 30% da população convive com a restrição do acesso a alimentos e 15% passa fome, diariamente. De acordo com a pesquisa, existe um universo de 125 milhões de pessoas com incerteza

quanto ao que diariamente possa comer, sendo que para 33 milhões passam fome. Quando se analisa a faixa de renda familiar, é evidente que as famílias de baixa renda sofrem mais com a falta de alimentos (GUITARRARA, 2023).

Existe uma relação direta entre a inflação e a fome. A inflação tem um efeito perverso, principalmente em famílias pobres, visto que acentua a injustiça social. A queda da renda contribui para a redução do consumo e acentua os níveis de insegurança alimentar. E, em um momento de crise econômica, os efeitos ainda são maiores com o desemprego e a falta de assistência social.

4 CONCLUSÃO

Os objetivos deste trabalho foram analisar a dimensão da inflação sob os alimentos e seus impactos no bem-estar social. Foi analisada toda uma série histórica de preços dos alimentos, desde a cesta básica até outros alimentos variados. A inflação dos alimentos, observada no período de pandemia, elevou significativamente os índices de preço ao consumidor, como IPCA e INPC.

Baseando-se no tema de pesquisa, constatou-se que, durante a pandemia de Covid-19, especificamente entre 2020 e 2022, o consumo dos alimentos básicos - pertencentes à chamada cesta básica brasileira de alimentos - foi impactado negativamente e fez com que uma parcela significativa da população fosse obrigada a se adequar e mudar seus hábitos alimentares, desprezando até mesmo os nutrientes necessários para cada indivíduo.

Por derradeiro, pode-se concluir que os preços da cesta básica e dos alimentos analisados sofreram uma evolução de preços muito acima da capacidade de crescimento da renda, principalmente das famílias mais desfavorecidas pelo fato de que o peso desses itens sobre a cesta de consumo é consideravelmente elevado. Os alimentos mais consumidos e mais populares do cardápio do brasileiro aumentaram muito acima da inflação oficial e alteraram a cesta de consumo de forma drástica nos últimos anos.

Pode-se afirmar, ainda, que grande parte dessa alta dos preços de alimentos foi de certa forma provocada pelo Banco Central com uma política monetária expansionista, injetando moeda na economia visto no indicador M1. Isso proporcionou a desvalorização do real no período analisado e, desse modo, o Banco Central ainda atuou na diminuição da taxa de juros, em cima da deterioração do quadro inflacionário, liderada pela alta nos preços de alimentos. A atitude que deveria ter sido tomada quando uma autoridade monetária percebe a tendência de alta da inflação é extrair o máximo de informações da natureza da inflação futura e apertar os freios da economia e isso não aconteceu.

No caso de a natureza da inflação ser um choque puramente de oferta, o Banco Central deve acomodar o choque e evitar que possam ser observados efeitos secundários sobre os demais preços da economia. Um choque de oferta de alimentos afeta a economia, elevando os preços dos alimentos. Os efeitos desse choque são estimados e, diante disso, chega-se à conclusão de que o aumento de

preços deverá levar à inflação nos próximos meses. Contudo, se a inflação é causada por alta de custos, ou seja, se é uma inflação de oferta, elevar juros é um remédio errado, a política monetária age do lado da demanda.

Se a aceleração inflacionária de alimentos for identificada como originada por um aumento da demanda, a atitude tomada pelo Banco Central deve ser a elevação da taxa de juros básica. Isto é, na medida em que a aceleração da inflação de alimentos for percebida como reflexo de uma pressão da demanda sobre a oferta, a autoridade monetária deve adotar uma política contracionista, objetivando arrefecer o aquecimento da demanda.

Ademais, no que tange à temática, a inflação de alimentos teve sempre pouca relevância como tema macroeconômico, na medida em que as grandes alterações nos preços desses produtos estiveram, na maior parte das vezes, associadas a choques transitórios e aleatórios. Diante da conjuntura atual resultante da pandemia, as perspectivas sugerem que a elevação dos preços de alimentos esteja sendo causada por uma combinação de fatores, que podem caracterizar o provável início de uma mudança estrutural da economia. O padrão histórico da inflação de alimentos, que quase sempre se mostrou em patamares mais baixos, agora parece entrar em ciclos mais altos daqui para frente. Nesse sentido, cresce a importância do monitoramento da evolução desses preços pelas autoridades monetárias com enfoque em perspectivas inflacionárias de longo prazo.

O cenário de crise econômica provocada pelo coronavírus é um contexto muito rico para a investigação de mudanças nos hábitos de consumo de alimentos. Muitos consumidores mudaram seus hábitos de compra em função da preocupação, ou seja, mudaram hábitos para prevenir-se de uma mudança de poder aquisitivo. Os dados coletados mostram que muitos alimentos oscilaram muito acima dos índices oficiais de inflação e que os impactos reais são subdimensionados para grupos mais pobres e menor poder aquisitivo, o que posteriormente foi verificado com o aumento do quadro de fome no país.

As paralisações decorrentes das políticas de isolamento social da Covid-19 ao redor do mundo deixaram cadeias globais de abastecimento e produção desarticuladas e desmobilizadas. Com escassez de matéria-prima ou produtos intermediários, os preços têm variações, podendo até ocorrer a falta de mercadorias, principalmente alimentos. A alta do preço do petróleo, iniciada em 2020, também

afetou os preços de todos os produtos alimentícios do índice da FAO, ao elevar os custos de produção e transporte de alimentos.

No Brasil, o recebimento do auxílio emergencial proporcionou uma proteção extra contra a falta de renda e empregabilidade causada pelo isolamento social, possibilitando que mais pessoas pudessem efetivar sua demanda por mais alimentos. No entanto, os efeitos perversos posteriores foram a corrosão de renda pela inflação.

Dentre as políticas públicas eficazes para combater a inflação dos alimentos, está o controle de estoques. Nos últimos anos, políticas públicas de controle de estoques como CEASA, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e fomento à agricultura familiar foram desestruturadas. Com isso, os mecanismos do governo federal para conter o aumento nos custos de alimentos têm sido negligenciados, abandonando a população na busca por alimentos em momento de diminuição da renda.

A agricultura familiar, outro exemplo, também é essencial para a alimentação do povo brasileiro. Através da agricultura familiar, cerca de 70% dos alimentos consumidos no país são entregues, segundo dados do censo agropecuário do IBGE. Agricultura de pequenos produtores também é responsável por movimentar a economia local de pequenas cidades e da zona rural, criando consumo e oportunidades de emprego e acesso a alimentos.

Os mercados de alimentos no Brasil têm sido dominados pela forte expansão do agronegócio para o alívio da fome no mundo. Contudo faltam alimentos no país com um amplo contingente populacional em estado de insegurança alimentar, como demonstram os dados da Pesquisa da Rede Pennsan.

O aumento de preços, portanto, não resulta simplesmente de um complexo exportador de mercado de alimentos, mas da própria configuração do mercado em obter os maiores lucros de acordo com a taxa de câmbio, por exemplo, e assim aumentando substancialmente as exportações de alimentos. As desigualdades na aquisição de renda favorecem aqueles com maior poder de compra, delimitando socialmente o fenômeno inflacionário. Ou seja, alimentos mais caros implicam num agravamento da exclusão social relativa ao direito fundamental da alimentação.

A inflação como um todo, principalmente dos itens que fazem parte da cesta, foi impulsionada por diversos fatores e diminuiu drasticamente o poder de compra das famílias brasileiras, o que elevou os níveis de pobreza e desigualdade social de

forma notória. Diante das limitações financeiras, que dificultaram o acesso ao consumo dos 13 itens que são considerados básicos para uma alimentação, a grande maioria da população se viu na obrigação de encontrar alternativas mais acessíveis de preço e, em consequência desse fato, houve um aumento significativo no consumo de ultraprocessados, além das refeições como o almoço, por exemplo, serem substituídas por lanches rápidos e que impactam menos no orçamento do brasileiro.

Desfecha-se que o avanço da vacinação contribuiu e vem contribuindo significativamente para a retomada da economia, reduzindo as restrições e garantindo uma reabertura mais segura das atividades econômicas que, consequentemente, impulsionam as ofertas de emprego e aumentam o consumo.

Por fim, o cenário de disputas econômicas nesse contexto da pandemia, no mundo todo indica que a produção de alimentos segue a mesma lógica de qualquer outra mercadoria, independentemente de suas características. O que é necessário é o estado saber intervir de forma correta com o uso de políticas públicas e agir de forma a contornar as imperfeições do livre mercado.

REFERÊNCIAS

- A MELHOR lei de economia A: Lei de Engel. **14 Dias**, [S. l.], 17 fev. 2021. Disponível em: <https://14dias.org/2021/02/17/lei-de-engel/>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- ABRITA, M. B. **Inflação brasileira pós regime de metas de inflação**: uma investigação acerca de suas causas e políticas de controle. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação?**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- BENNETT, P. D.; KASSARJIAN, H. H. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 1975.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BRANSON, W. H.; LITVACK, J. M. **Macroeconomia**. São Paulo: Harbra, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta da inflação inercial. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr. 2010.
- CARDOSO, E. Inflation and poverty. **NBER Working Paper**, Cambridge, n. 4006, p. 1-52, 1992.
- CARVALHO, F. J. C. Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 62-82, out./dez. 1990.
- COM ALTA nos alimentos, 67% dos consumidores trocam de marca. No leite, 71% buscam opções mais baratas. **Revista PEGN**, São Paulo, 09 set. 2022. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Economia/noticia/2022/09/com-alta-nos-alimentos-67-dos-consumidores-trocam-de-marca-no-leite-71-buscam-opcoes-mais-baratas.html>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- CROCETTI, Z. **A inflação e suas explicações**. Curitiba, 2022. Disponível em: <http://geocrocetti.com/rangel/inflacaorangel.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- DATAFOLHA. 33% tiveram comida insuficiente em casa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 ago. 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2022/08/33-tiveram-comida-insuficiente-em-casa.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- DAVIDSON, P. **Post Keynesian macroeconomic theory**: a foundation for successful economic policies for the twenty-first century. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cesta básica de alimentos**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

DORNBUSH, R.; FISHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

D'OLIVEIRA, F. F. J. **Inflação de alimentos**: determinantes, atual conjuntura global e implicações para a política monetária. 2007. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DURAN, P. Inflação, guerra e pandemia fazem preço do trigo disparar 130%. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-guerra-e-pandemia-fazem-preco-do-trigo-disparar-130/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ENTENDA como a disparada das commodities provocou um choque de inflação no mundo. **O Sul**, Porto Alegre, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.osul.com.br/entenda-como-a-disparada-das-commodities-provocou-um-choque-de-inflacao-no-mundo/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FERRARI FILHO, F. A moeda internacional na economia de Keynes. *In*: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. S.; PAULA, L. F. R. (Orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 328-339.

FERRARI FILHO, F.; ARESTIS, P.; PAULA, L. F. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-30, abr. 2009.

FLORENTINO, J. Frutas mais consumidas subiram até 46% na Ceagesp desde 2020. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 maio 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/05/25/frutas-mais-consumidas-subiram-ate-46-na-ceagesp-desde-2020.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS; INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **IPC-C1**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipc-c1>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FIGUEIREDO, F. M. R.; STAUB, R. B. **Algumas considerações sobre a sazonalidade no IPCA**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001. (Trabalhos para Discussão nº 31).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Índice de preços de alimentos da FAO mostra queda nos preços internacionais de cereais, óleos vegetais e açúcar**. Brasília, 08 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1599844/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FRIEDMAN, M. A Causa e a Cura da Inflação. *In*: FRIEDMAN, M. **Money mischief**: episodes in monetary history. Boston: Mariner Books, 1994.

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **American Economic Review**, Nashville, v. 58, n. 1, p. 215-231, mar. 1968.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. **Máquina do tempo**: o Brasil de volta ao Mapa da Fome. Belo Horizonte: FJP; CORECON, 2022. Disponível em: <https://uenf.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Boletim-14-O-Brasil-de-volta-ao-Mapa-da-Fome.docx-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, R. L. **Tipos de pesquisa**. Pelotas: UfPel, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GILIO, L. A inflação dos alimentos no Brasil em 2020. **Veja**, São Paulo, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/agro-global/a-inflacao-dos-alimentos-no-brasil-em-2020/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

GILIO, L.; JANK, M. S. A alta global do preço das commodities agropecuárias e a inflação dos alimentos. **Insper**, São Paulo, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/a-alta-global-do-preco-das-commodities-agropecuarias-e-a-inflacao-dos-alimentos/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GONTIJO, C. Notas críticas sobre a macroeconomia novo-Keynesiana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 285-301, abr./jun. 2009.

GRAGNANI, J. A combinação de seca e geadas no Brasil que afeta preço do café e açúcar. **BBC News Brasil**, Londres, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58206634>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUITARRARA, P. Fome no Brasil. **Brasil Escola**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fome-no-brasil.htm>. Acesso em: 06 fev. 2023.

HAGEMANN, R. P. The variability of inflation rates across household types. **Journal of Money, Credit and Banking**, Columbus, v. 14, n. 4, p. 494-510, 1982.

INFLAÇÃO do leite de 2020 a 2022. **Canal do Leite**, Curitiba, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://canaldoleite.com/noticias/inflacao-do-leite-de-2020-a-2022/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

INFLAÇÃO leva 65% dos consumidores a comprarem marcas mais baratas. **Valor Investe**, São Paulo, 09 jun. 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2022/06/09/inflacao-maio-2022-ipca-igpm-marcas-mais-baratas.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FEIJÃO E PULSES. **Preço do Feijão vai subir mais**. Curitiba, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ibrafe.org/artigo/preco-do-feijao-vai-subir-mais>. Acesso em: 22 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Tabelas Estatísticas. **Tabela 7063 – INPC** – Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços (a partir de janeiro/2020). Brasília, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#resultado>. Acesso em: 12 jan. 2023.

KREMER, R. L.; CORAZZA, G. **Friedman e o monetarismo**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD01_2003_kremer_corazza.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMEIRAS, M. A. P. **Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)** – novembro de 2022. Brasília: IPEA, 2023. (Carta de Conjuntura nº 58).

LAMEIRAS, M. A. P.; CARVALHO, S. S.; SOUZA JÚNIOR, J. R. C. **Inflação por faixa de renda**: nota técnica II. Brasília: IPEA, 2017. (Carta de Conjuntura nº 37).

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira**: fundamentos e atualidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LINO, I. R.; BRAZ, A. F. **Cesta de consumo e inflação das famílias de baixa renda**: um panorama da última década. 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29164/Cesta%20Consumo%20e%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20Fam%C3%ADlias%20Baixa%20Renda-panorama%20%C3%BAltima%20d%C3%A9cada_Revisado%20SAGI_Igor.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 dez. 2022.

LOPES, F. L. Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 135-151, abr./jun. 1985.

MACHADO, B. Como a inflação tem mudado os hábitos de consumo no país. **Capitalist**, São Paulo, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://capitalist.com.br/como-a-inflacao-tem-mudado-os-habitos-de-consumo-no-pais/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MALUF, R. S. O encarecimento dos alimentos no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1992.

MALUF, R. S.; SPERANZA, J. S. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil**: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional. Brasília: CAISAN, 2013.

MANKIV, N. G. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

MATTOS, A. C. **A inflação brasileira, uma abordagem prática e moderna antes e depois do choque**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEDEIROS, B. A. **Inflação**: reflexões sobre as causas e os remédios. Rio de Janeiro: Jornalística, 1983.

MELO, F. A. M. **Análise dos índices de preços e estimativas de seus vieses**. 1982. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

MENDONÇA, M. J. Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, ano 7, v. 25, p. 1-14, abr./jun. 2011.

MICHAEL, R. T. Variation across households in the rate of inflation. **Journal of Money, Credit and Banking**, Columbus, v. 11, n. 1, p. 32-46, feb. 1979.

MIHALJEK, D.; KLAU, M. A note on the pass-through from exchange rate and foreign price changes to inflation in selected emerging market economies. **BIS Papers**, Basel, n. 8, n. 69-81, 2001.

MODIANO, E. M. A inflação e a moeda indexada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-20, abr. 1986.

NOGUEIRA, P. "Sucesso na exportação de alimentos é uma das causas de alta no custo da comida no Brasil". **Jornal da Unesp**, São Paulo, 02 maio 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/05/02/sucesso-na-exportacao-de-alimentos-e-uma-das-causas-de-alta-no-custo-da-comida-no-brasil/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PASSOS, K. E.; BERNARDI, J. R.; MENDES, K. G. Análise da composição nutricional da Cesta Básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1623-1630, maio 2014.

PAULA, D. *et al.* A inflação na economia brasileira. **Vianna Sapiens**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 54-90, 2011.

PÉTRIN, A. Arroz: preço mais do que dobra e produtor recompõe margens na pandemia. **Canal Rural**, São Paulo, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/arroz-preco-pandemia/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. (Orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PREBISH, R. O falso dilema entre desenvolvimento econômico e a estabilidade monetária. **Revista de Ciências Econômicas**, São Paulo, v. 1, p. 3-61, 1961.

PREÇO da carne subiu mais que o dobro da inflação nos últimos dois anos, diz Ipea. **Jornal da Globo**, São Paulo, 12 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/05/12/preco-da-carne-subiu-mais-que-o-dobro-da-inflacao-nos-ultimos-dois-anos-diz-ipea.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2022.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RIBEIRO, V. M. A inflação e seus efeitos na renda da população. **Web Artigos**, [S. l.], 28 abr. 2017.

ROCHA, V. M. *et al.* A crise econômica e sua influência nos hábitos de consumo de alimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ESPM, 11.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING, 11, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ESPM, 2016.

SACHS, J.; LARRAIN, F. **Macroeconomia em uma economia global**. São Paulo: Makron Books, 2000.

SAMUELSON, P. A.; SWAMY, S. Invariant economic index numbers and canonical duality: survey and synthesis. **The American Economic Review**, Washington, v. 64, n. 4, p. 566-593, sep. 1974.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SCHENBERGER, K. Inflação aumenta preços de hortaliças, legumes e frutas. **Periódico UEPG**, Ponta Grossa, 30 maio 2022. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/240-economia/2650-kathleen-schenberger>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica**. São Paulo: Atlas, 1981.

SICSÚ, J. Keynes e os novos-keynesianos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 329-349, abr./jun. 1999.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, C. R. L. **Economia e mercados**: introdução à economia. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, J. G. Crise alimentar: fatores transitórios e estruturais na explosão dos preços. **Carta Maior**, São Paulo, 2 maio 2008. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14970. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. W.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMONSEN, M. H. **Dinâmica macroeconômica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2007.

SIQUEIRA, M. L. Melhorando a previsão da arrecadação tributária federal através da utilização de modelos de séries temporais. In: PRÊMIO DO TESOURO NACIONAL, 7., 2002, Brasília. **Catálogo de Monografias [...]**. Brasília: Esaf, 2002. p. 527-604.

SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern macroeconomics**: its origins, development and current state. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

SOARES, S. S. D.; OSORIO, R. G. **Desigualdade e bem-estar no Brasil na década da estabilidade**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão nº 1270).

SUNKEL, O. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, v. 25, n. 100, p. 570-599, oct./dec. 1958.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero em 2003. In: SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (Orgs.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 53-83.

THOMPSON JR., A. A.; FORMBY, J. P. **Microeconomia da firma**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2005.

VANE, H. R.; THOMPSON, J. L. **Monetarism**: theory, evidence and policy. Oxford: Martin Robertson, 1979.

VELOSO, A. C. Tomate, feijão e batata sobem mais de 50% em dois anos. Veja dez alimentos que sofreram fortes altas no período. **Extra**, São Paulo, 06 maio 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/tomate-feijao-batata-sobem-mais-de-50-em-dois-anos-veja-dez-alimentos-que-sofreram-fortes-altas-no-periodo-25502050.html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

VIANNA, P. J. R. **Inflação**. Barueri: Manole, 2003.

WALLIS, K. F.; THOMAS, J. J. Seasonal variation in regression analysis. **Journal of the Royal Statistical Society – Series A**, London, v. 134, n. 1, p. 57-72, 1971.